



THIAGO IRINEU LIMA DE HOLANDA

**A Formação do Espaço Geográfico em Cabo Verde:
evolução histórica, bem como o desenvolvimento
socioeconômico, cultural e político do país**

João Pessoa – PB

Abril: 2020

THIAGO IRINEU LIMA DE HOLANDA

**A Formação do Espaço Geográfico em Cabo Verde:
evolução histórica, bem como o desenvolvimento
socioeconômico, cultural e político do país**

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso, ao nível de Graduação, apresentado junto a Coordenação dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Geografia, (e também junto ao Departamento de Geociências) do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, da Universidade Federal da Paraíba, para fins de obtenção do Grau de Bacharel

Orientador: Prof. Dr. Sinval Almeida Passos

João Pessoa – PB

Abril: 2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

H722f Holanda, Thiago Irineu Lima de.

A formação do espaço geográfico em Cabo Verde: evolução histórica, bem como o desenvolvimento socioeconômico, cultural e político do país / Thiago Irineu Lima de Holanda. - João Pessoa, 2020.

72 f. : il.

Orientação: Sinval Almeida Passos.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN.

1. Formação espacial. 2. História. 3. Colonização e dominação. 4. Independência e soberania nacional. 5. Desenvolvimento. 6. Migrações e evolução urbana. I. Passos, Sinval Almeida. II. Título.

UFPB/CCEN

THIAGO IRINEU LIMA DE HOLANDA

**A Formação do Espaço Geográfico em Cabo Verde:
evolução histórica, bem como o desenvolvimento
socioeconômico, cultural e político do país**

Monografia aprovada em 16 / 04 / 2020, pela Banca Examinadora
constituída pelos seguintes professores:



Prof. Dr. Sinval Almeida Passos
(Orientador e Presidente da Banca)



Prof. Dr. Rafael Faleiros de Pádua
(Examinador Interno)



Prof.^a Dr.^a Noemi Paes Freire
(Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

Neste momento de conclusão do Curso de Geografia na UFPB, desejo fazer um agradecimento especial a todos aqueles, e aquelas, que direta, ou indiretamente, colaboraram para a construção deste TCC: Trabalho de Conclusão de Curso (em forma de Monografia). Portanto, a todos vocês o meu mais sincero muito obrigado. Aproveito, assim, a oportunidade para registrar a lista das principais pessoas e Instituições que se fizeram presentes nesta jornada científica, listando com os seus nomes abaixo:

Primeiramente, quero destacar o agradecimento aos membros da minha família, pela imensa ajuda durante toda à minha jornada acadêmica, e, inclusive, por me incentivar nos momentos de maiores dificuldades. Nesse grupo listo as seguintes pessoas: Inicialmente agradeço ao meu herói, meu pai: Albenisio Carlos de Holanda (*in memorian*). Um muito obrigado também a minha mãe de criação: Maria José Florência (*in memorian*), que sempre acreditou em mim; sendo que nessa mesma ordem agradeço a também a minha mãe: Eliane Irineu de Lima; e igualmente a minha amada filha, Letícia Holanda; ressaltando ainda o apoio prestado por meu padrasto: Geraldo Dantas, pois nos últimos anos ele esteve presente em minha carreira acadêmica;

Agradeço também ao conjunto dos colegas/amigos que fiz na UFPB durante todo o período de realização deste Curso. A todos vocês, então, o meu eterno e sincero agradecimento, em especial aos colegas relativos à Turma do Período Letivo de 2016.1;

Acrescento um muito obrigado ao Ministério da Economia de Cabo Verde, em especial à pessoa do Dr. Jailson Oliveira, cidadão nativo de Cabo Verde, e um grande amigo, que me ajudou na receptividade que fiz àquele país. Informando, inclusive, que ele também me ajudou no levantamento de dados para o presente TCC;

Um agradecimento especial ao meu Orientador: Prof. Dr. Sinval Almeida Passos, pela dedicação, paciência e ainda pelo seu empenho na construção do Trabalho de Conclusão de Curso. O seu papel para mim foi fundamental;

Destaco também o fundamental papel prestado pela Universidade Federal da Paraíba, uma importante Instituição Pública do Ensino Superior do Governo Federal Brasileiro. Então, no âmbito da UFPB, registro agradecimentos junto à CCBLG: Coordenação dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Geografia, que por sua vez está ligada a PRG: Pró-Reitoria de Graduação; outro muito obrigado também junto ao DGEOC: Departamento de Geociências/CCEN; e ainda à BC: Biblioteca Central/UFPB; e, igualmente, à Biblioteca Setorial, do Centro de Ciências Exatas e da Natureza/UFPB;

Por fim, também registro um muito obrigado ao conjunto dos demais professores do Departamento de Geociências/CCEN/UFPB, em razão da significativa participação em minha formação acadêmica. Manifesto, assim, que estes professores são o alicerce do Curso de Geografia, de nossa Instituição UFPB.

DEDICATÓRIA

A Deus, pelo dom da vida, e por me dá forças para concluir este projeto de forma satisfatória.

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso, ora em foco, apresenta o seguinte título: **A Formação do Espaço Geográfico em Cabo Verde: evolução histórica, bem como o desenvolvimento socioeconômico, cultural e político do país.** Assim sendo, em relação ao Objetivo Geral do trabalho, registra-se que a principal finalidade é fazer um estudo sobre o processo de constituição territorial desse país. Do passado ao presente, ou seja, engloba tanto o período colonial, como também a era do pós-independência, chegando, inclusive, até os dias de hoje (2020). Diante disso, se esclarece igualmente que o tema central pesquisa lida, em linhas gerais, com assuntos ligados as seguintes áreas científicas: História, Demografia e Geografia da População, Economia e Geografia Econômica, e ainda a Geografia Urbana, nos instantes em que se também procura analisar a dinâmica da urbanização no arquipélago. Tudo isso, de forma articulada. Quanto a Metodologia empregada no TCC, aponta-se que sobre as Técnicas de Pesquisa usadas no trabalho, destacou-se o do tipo: fonte secundária. Que se deu através de ampla revisão bibliográfica, realizada junto a livros, e ainda uma série de textos os mais diversos, cujos autores abordam de forma direta ou indireta o principal tema focalizado. Soma-se a isso, a coleta de dados estatísticos e demais outras informações correlatas, colhidas junto a Instituições Públicas do Estado de Cabo Verde. Já em relação ao Método de Abordagem, especifica-se que na pesquisa se privilegiou a utilização de uma linguagem que se ajusta ao paradigma da Geografia Crítica. Portanto, por um “olhar” em que se procura considerar a chamada: Formação do Espaço Geográfico de Cabo Verde, num ambiente científico de profunda reflexão. Logo, como sendo um processo que traduz a própria evolução do conjunto da sociedade cabo-verdiana. Enfim, segundo o majoritário ponto de vista dialético. Já sobre os principais resultados obtidos no TCC, revela-se que a pesquisa desenvolvida expôs, realmente, que Cabo Verde possui uma rica História. Enfim, pode-se mesmo afirmar que a evolução histórica dos aspectos econômicos, culturais e políticos nesse território, seja no passado na condição de colônia portuguesa, seja nos tempos mais recentes já como uma nação soberana, tudo isso revela o próprio quadro da construção espacial. Que por sua vez traduz a particular evolução de toda a sociedade cabo-verdiana.

Palavras-chaves: Formação Espacial, História, Colonização e Dominação, Independência e Soberania Nacional, Desenvolvimento, Migrações e Evolução Urbana.

ABSTRACT

The Final Paper, now on focus, presents the following title: **The Formation of the Geographic Space in Cape Verde: historic evolution, as well as the country's socioeconomic, cultural and political development.** Therefore, regarding the general objective of this paper, it is registered that the main purpose is to make a study about this country's territorial constitution process. From the past to the present, in other words, it includes both the colonial period, as well as the post-independence age, till the present days (2020). In light of this, it is also clarified that the central theme of the research deals, in general lines, with subjects related to the following scientific areas: History, Demography and Population Geography, Economics and Economic Geography, and also Urban Geography, in the moments when it seeks to analyze the dynamics of urbanization in the archipelago. All of this in an articulated way. As for the Methodology used in the Final Paper, it is pointed out that on the Research Techniques used in this paper, it stands out the type of secondary source, which took place through a wide bibliographic review, carried out along books and also series of the most diverse texts, whose authors address directly or indirectly the main theme. In addition, the collection of statistical data and other related informations collected from public institutions of the State of Cape Verde. Regarding the Approach Method, it is specified that in the research, the use of a language that fits the paradigm of Critical Geography was privileged. Therefore, for a "look" in which seeks to consider the so-call: Formation of the Geographic Space of Cape Verde, in a deep reflection scientific environment. Therefore, as a process that translates the evolution of the Cape Verdean society as a whole, according to the majority dialectical point of view. Regarding the main results obtained in the Final Paper, it is revealed that the developed research shows that Cape Verde really has a rich history. Finally, it can even be affirm that the historical evolution of economic, cultural and political aspects in this territory, whether in the past as a Portuguese colony, or in recent times as a sovereign nation, all of this reveals the very framework of the space construction, which translates the particular evolution of the entire Cape Verdean society.

Key words: Space Formation, History, Colonization and Domination, Independence and National Sovereignty, Development, Migrations and Urban Evolution.

SUMÁRIO

| | |
|------------------------|-----------|
| Introdução..... | 10 |
|------------------------|-----------|

| | |
|---|-----------|
| Capítulo I – A Republica de Cabo Verde: uma visão panorâmica dos aspectos geográficos..... | 18 |
|---|-----------|

| | |
|--|-----------|
| Capítulo II – História e produção do espaço geográfico no território de Cabo Verde – Parte Um: do descobrimento do arquipélago à conquista de sua soberania política..... | 31 |
|--|-----------|

| | |
|--|-----------|
| Capítulo III – História e produção do espaço geográfico no Estado Nacional de Cabo Verde – Parte Dois: desde a independência do país, e até os dias atuais..... | 47 |
|--|-----------|

| | |
|----------------------------------|-----------|
| Considerações Finais..... | 67 |
|----------------------------------|-----------|

| | |
|--|-----------|
| Referências Bibliográficas..... | 71 |
|--|-----------|

Introdução

A Monografia ora em foco apresenta o seguinte título: **A formação do Espaço Geográfico de Cabo Verde: evolução histórica, bem como o desenvolvimento socioeconômico, cultural e político do país**. Com base nessa nominativa, já se adianta que a finalidade básica do trabalho é analisar a trajetória da história do território de Cabo Verde. Processo esse, no qual se considera desde a época em que essa região era uma colônia de Portugal, seguindo-se em diante até atingir o presente momento. A ideia, é refletir sobre a própria dinâmica de constituição da sociedade cabo-verdiana.

Ainda nestas notas iniciais, outro aspecto relevante se faz no sentido de constatar que o **tema central** em exame no trabalho abrange vários campos do conhecimento científico. Assim sendo, ver-se que os assuntos em questão se encontram, em linhas gerais, ligados as seguintes áreas científicas: História, Demografia e Geografia da População, Economia e Geografia Econômica, e ainda a Geografia da Urbana, no momento em se procura analisar a dinâmica da urbanização no território. Sendo que na pesquisa, essas áreas de estudos se encontram todas elas, articuladas entre si.

Nessa perspectiva, em relação aos principais **objetivos** do TCC, especifica-se que a pesquisa possui tanto objetivo geral, como também objetivos específicos. Assim, sobre o **objetivo geral**, se informam que a meta básica do trabalho é fazer um estudo acerca da trajetória de constituição do espaço geográfico da República de Cabo Verde. De um modo mais preciso, trata-se fazer uma análise de toda a história do território cabo-verdiano. Porém, naquilo que se chama: sob um “olhar geográfico”.

Já em relação aos **objetivos específicos**, esclarece-se que o TCC também possui outros relevantes propósitos particulares, os quais aqui se encontram listados da seguinte forma:

a) Realizar uma apresentação em relação ao Objeto de Estudo da pesquisa, considerando, sobretudo, o caráter de suas condições geográficas. Clarifica-se assim, que nesse primeiro objetivo específico se pretende

estabelecer uma visão panorâmica acerca da República de Cabo Verde. No caso, portanto, sob o âmbito de sua própria geografia geral;

b) Fazer uma investigação científica sobre ao período inicial da história de Cabo Verde. Esclarecendo assim, que nesse objetivo específico o trabalho irá privilegiar, justamente, a etapa histórica em que essa região era uma simples colônia portuguesa. Momento este, então, que vai de 1460 a 1975. E abrange, portanto, todo o tempo durante o qual o arquipélago cabo-verdiano esteve sob o domínio de Portugal;

c) Analisar o período mais contemporâneo em relação à história de Cabo Verde. Etapa esta, então, que se inicia em 1975, e que depois segue até o que aqui se chama de tempos atuais, ou seja, 2020. Enfim, clarifica-se que nesse terceiro objetivo específico da pesquisa, a análise compreende a Era Pós-independência. Relativo, portanto, ao momento histórico que traduz a conquista da soberania política do território em relação a Portugal.

Também no quadro dessas considerações iniciais, destaca-se que outro assunto relevante se refere ao **corte histórico** no TCC. O qual responde à escala temporal compreendido na pesquisa. Assim sendo, e tendo em vista ao exposto logo acima, reafirma-se que no trabalho o tempo histórico tratado compreende todo o período que marca a evolução histórica do território cabo-verdiano. Explicitando assim, que o “corte inicial” começa com o descobrimento das ilhas do arquipélago em 1460. Já por seu turno, também se observa que o “corte final” culmina na Segunda Década do atual Milênio. Então, no sentido se detalhar essa mesma escala temporal, registra-se que o trabalho se encontra subdividido em duas etapas. A primeira referente à época colonial, ou seja, de 1460 a 1975. Sendo que a segunda fase é alusiva ao período 1975 a 2020, que retrata, portanto, a etapa em que o território agora já se configura como um país independente, a partir da constituição do Estado Nacional de Cabo Verde.

Quanto ao **objeto de estudo** do TCC, revela-se, primeiramente, que a unidade espacial de investigação científica se refere à República de Cabo Verde. Clarificando, logo, que se trata de um Estado Nacional pertencente à África. Mais precisamente, situado na costa ocidental do continente africano. Em segundo lugar, acrescenta-se também que a nação cabo-verdiana é um país insular, no Oceano Atlântico, composta por dez ilhas principais (Santiago,

São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Maio, Boa Vista, Sal, São Felipe, Fogo e Santa Luzia), e ainda mais cinco ilhéus. De uma forma mais detalhada, esclarece-se que o território engloba uma área total de 4,033 km². Sendo que dentre às ilhas, um total de nove são devidamente habitadas, pois possui população fixa residente. Restando apenas a Ilha de Santa Luzia como aquela inabitada, além é claro dos ilhéus que igualmente possuem a mesma condição de não habitável.

Quanto à **justificativa** para a realização do TCC, aponta-se que existem vários motivos relevantes e que estimularam essa pesquisa. Antes, no entanto, assinala-se uma motivação de ordem pessoal do autor do trabalho, e que muito influenciou na escolha desse estudo. Então, sobre o citado motivo pessoal, distingue-se que a razão principal se deve ao fato do referido autor ter visitado Cabo Verde, por duas vezes seguidas nos últimos tempos. Embora, esclarece-se que se tratou de visitação de ordem turística. Contudo, que pelo fato de ser estudante do Curso de Geografia/CCEN/UFPB, isso permitiu, entretanto, se fazer observações com certo “olhar geográfico”. Assim sendo, reforça-se mais uma vez que esse fator foi determinante na escolha da temática, uma vez que nessas viagens o mencionado autor do TCC conseguiu identificar algumas características de caráter geográfico. Em especial, em relação às ilhas do arquipélago cabo-verdiano. Qualidades essas, logo, que às fazem diferenciá-las uma das outras, fundamentalmente no tocante a natureza do desenvolvimento socioeconômico e urbano.

Já quanto às justificativas enquadradas como sendo do ponto de vista científico, destaca-se em **primeiro lugar**, como decisivo na escolha desse estudo, o fato de se considerar que esse TCC se encaixa no âmbito da Ciência Geográfica. Justificativa essa, cuja razão se explica tomando-se como base o lance de se enxergar que a temática em foco envolve uma determinada Unidade Espacial. E isso, logo, tem tudo a ver com a Geografia. Sendo que no caso específico desse trabalho, o “*locus*” a ser alvo da pesquisa alcança a escala do tipo Estado Nacional. Mais especificamente, a República de Cabo Verde, um país insular situado no Oceano Atlântico, próximo à costa ocidental do continente africano.

Em segundo lugar, clarifica-se que o TCC também se justifica em função da Temática Central selecionada. Consistindo que no caso específico desse trabalho, a pesquisa trata sobre a análise da história do território cabo-verdiano. Lembrando assim, que a principal finalidade do trabalho se pauta, justamente, na ideia de se conseguir identificar o conjunto das mais relevantes mudanças espaciais ocorridas no Objeto de Estudo. Desde o descobrimento do arquipélago, e até os tempos atuais. Transformações essas, inclusive, que acontecem de forma diferenciada, quando se defronta o impacto em cada ilha frente às demais outras, no conjunto do país.

Já em terceiro lugar, aponta-se que a escolha do tema central também se justifica pela importância do TCC para o próprio “*locus*” selecionado na investigação científica. Isto é, em razão do que esse trabalho possa vir a oferecer em termos de retorno científico, para o conjunto de toda a sociedade cabo-verdiana. Em outras palavras, agora se está a abordar sobre a provável resposta positiva a ser proporcionada por essa pesquisa, para o mencionado país. Expectativa essa, logo, que será garantida na medida em haja um amplo conhecimento da localidade alvo do estudo. Precisamente acerca do processo de desenvolvimento socioeconômico, cultural e político da sociedade cabo-verdiana. Enfim, tudo isso diz respeito sobre a particular transformação espacial no referido Objeto de Estudo, ao longo de sua evolução histórica.

Em relação ao uso da metodologia no TCC, indica-se que os procedimentos utilizados na investigação científica foram subdivididos em duas etapas: **Técnicas de Pesquisa e Método de Abordagem**. Assim, quanto às Técnicas de Pesquisa, se especifica que aqui se privilegiou, fundamentalmente, o tipo: Fonte Documental. Procedimento este, logo, que tem como suporte à Revisão Bibliográfica, ou seja, referindo-se a uma técnica de pesquisa que tem como base o levantamento de informações de caráter bibliográfico. Más, contudo também esclarecendo o caráter secundário da fonte de dados que essa técnica de pesquisa possui. Isto é, registrando mais uma vez que esse específico procedimento se pauta em um levantamento de informações, baseado em uma série de trabalhos que já foram elaborados/escritos por outros autores. Ou então, já igualmente realizados por distintas instituições públicas e/ou privadas.

Desse modo, clarifica-se que nesse trabalho a aplicação das Técnicas de Pesquisas seguiu-se os seguintes passos:

a) Documentos de Natureza Estatística: constituídos em dados demográficos, índices sobre o desenvolvimento socioeconômico, e ainda, dentre outros, subsídios acerca da evolução urbana. Todos eles referentes à nação cabo-verdiana. Detalha-se ainda que sobre esse conjunto de informações, a principal e majoritária fonte consiste no INE/CV: Instituto Nacional de Estatística, de Cabo Verde. Salientando-se a observação que essa instituição pública cabo-verdiana se encontra atrelada ao Ministério da Economia do país. Nesse sentido, ressalta-se que no caso dos dados demográficos, os mesmos foram obtidos a partir dos diversos Censos, cujos volumes foram relativos aos anos: 1980, 1990, 2000, 2010. Já em relação a data de 2020 (ou para anos mais próximos), toma-se como base às últimas estimativas realizadas pelo citado INE/CV. Para completar, acrescenta-se que no rol das informações, também se utilizou de alguns periódicos desse mesmo INE/CV, e outros tipos de publicações similares;

b) Revisão Bibliográfica: feita por meio da coleta de um rico material relativo ao uso da Bibliografia no trabalho. Registrando assim, que a fonte utilizada nessa pesquisa se deu por meio de livros, bem como através de uma série de documentos similares, a exemplo de artigos e/ou ensaios diversos. Nessa mesma direção, se incluem também alguns *sites* que complementam as Referências Bibliográficas. Igualmente em alusão a mencionada Revisão Bibliográfica, clarifica-se ainda que esse procedimento se efetivou também junto as seguintes Unidades: Biblioteca Central da UFPB e Biblioteca Setorial do CCEN/UFPB. Além destas, acrescenta-se a realização da pesquisa em algumas bibliotecas de natureza particular, seja com obras completas, ou então apenas com textos parciais sobre o tema enfocado;

c) Levantamento Fotográfico: realizado através da coleta de um razoável número de fotografias, tiradas pelo autor do trabalho. Todas elas, assim, no sentido de retratar a atual realidade espacial do Objeto de Estudo. Trata-se, portanto, de imagens que procuram demonstrar a diversidade das paisagens existentes em Cabo Verde.

Ainda em relação à metodologia utilizada no trabalho, apresenta-se que a segunda etapa se constitui no Método de Abordagem. O qual também pode ser conhecido simplesmente como Método. Assim, sobre esse procedimento, esclarece-se que essa etapa metodológica se refere ao modo de como se faz à leitura do tema central alvo. Em outras palavras, o Método Abordagem significa o caráter da singular interpretação dos textos tratados em todo e qualquer trabalho acadêmico. Acrescentando ainda, que a natureza da análise empregada costuma se apoiar, majoritariamente, em determinado (s) aporte (s) teórico-filosófico (s), responsável (s), portanto, por dar sustentação à pesquisa científica ora em exame.

No caso do TCC em foco, explicita-se que aqui se optou por privilegiar um Método de Abordagem que se enquadra no âmbito da chamada Geografia Crítica. Escola paradigmática essa, que no campo do Pensamento Geográfico costuma se pautar pelo uso de uma leitura reflexiva, em relação aos assuntos estudados. Portanto, torna-se preciso que nessa pesquisa se utilize uma perspectiva de análise que tem como base teórica o Materialismo Histórico e Dialético. O qual por seu turno se fundamenta a luz da Filosofia Marxista. Reafirma-se, assim, que o Método empregado procura dar prioridade, sempre, a essência dos acontecimentos sociais. Enfim, num plano ainda mais objetivo da realidade estudada, concebe-se a sociedade local de Cabo Verde compondo-se enquanto o principal agente, ou então o “ator” basilar de todas às transformações geográficas ali verificadas.

Além do Método de Abordagem acima referido, acrescenta-se a informação de que outros procedimentos de análise também foram utilizados nesse trabalho. Más, de uma forma secundária, dentre os quais se destaca o uso do Método Descritivo. Assim sendo, se revela que a utilização da Descrição no TCC se deu, em primeiro lugar, quando se tratou de discorrer em relação às principais condições geográficas de Cabo Verde. Nesse caso, se referindo ao caráter da descrição das paisagens geográficas, tanto de ordem natural como a do tipo construída. Portanto, procura-se demonstrar como se vislumbra a Geografia da mencionada Unidade Espacial. Já em segundo lugar, se aponta que também se fez o uso do Método Descritivo quando se procurou

fazer um resgate do processo da evolução histórica do citado Objeto de Estudo. Agora, sob a forma de sinopse. Isto é, utilizou mesmo da mencionada abordagem descritiva no momento em que se objetivou fazer uma breve análise acerca da formação espacial da nação cabo-verdiana. E isso, desde a sua origem até os tempos mais recentes.

Para encerrar o tópico Introdução, ora em voga, passa-se a seguir a apresentar a forma de como se encontra sistematizado o Trabalho de Conclusão de Curso. Nessa perspectiva, esclarece-se que além das presentes Notas Introdutórias, o TCC também está constituído por: Três Capítulos Principais; Considerações Finais; e às Referências Bibliográficas. Assim, voltando à Introdução, ver que nessa etapa se está a fazer todas as considerações iniciais acerca da pesquisa.

O Primeiro Capítulo possui o seguinte título: A República de Cabo Verde: uma visão panorâmica dos aspectos geográficos. Nesse tópico a meta central é tratar sobre a Unidade Espacial alvo da observação científica no TCC. Clarificando assim, que nesse tópico se procura privilegiar uma caracterização geral desse mencionado território. Especificamente, no âmbito de sua Geografia, ou seja, a partir de suas condições geográficas, sejam elas no quadro físico-ambiental como também às de caráter humano.

O Segundo Capítulo apresenta o seguinte título: História e produção do espaço geográfico no território de Cabo Verde – Parte Um: do descobrimento do arquipélago à conquista de sua soberania política. Então, elucida-se que nesse tópico a meta principal é analisar a fase pretérita da história do território cabo-verdiano. Correspondente, logo, a chamada Época Colonial. Trata-se, assim, de se fazer um resgate sobre os principais acontecimentos que fazem parte da vida de Cabo Verde, durante o período 1460 a 1975. Etapa essa, portanto, que se refere ao momento histórico em que esse arquipélago se encontrava sob a condição de colônia de Portugal.

O Terceiro Capítulo apresenta o seguinte título: História e produção do espaço geográfico no Estado Nacional de Cabo Verde – Parte Dois: desde a independência do país, e até os dias atuais. Especifica-se, assim, que nesse tópico o objetivo é fazer uma análise sobre a fase mais recente da história da nação cabo-verdiana. Abrange, então, o período de 1975 a 2020.

Contemplando assim, desde a data de proclamação da independência da República, e atingindo os tempos mais recentes. Trata-se, portanto, de se fazer um estudo acerca dos principais eventos aí desenvolvidos, envolvendo a etapa histórica em que o território já se estabelece como um Estado Nacional.

Já no tópico Considerações Finais se encontram elencados os principais resultados obtidos ao longo do trabalho, devidamente sistematizados e sob a forma de síntese. Nestas conclusões, inclusive, espera-se que o texto seja alvo de reflexão pela comunidade científica e leitores em geral. E até, se for o caso, pela sociedade cabo-verdiana, das pessoas mais simples às do mais elevado padrão intelectual, cultural e político, do Estado de Cabo Verde.

Por fim, vêm as Referências Bibliográficas que dá suporte teórico-epistemológico ao TCC. Tratando-se, portanto, da etapa na qual se faz o levantamento da Bibliografia utilizada como fonte documental, constituída pelo rol das principais obras empregadas. Estas que por sua vez estão listadas sob a forma livros, textos de artigos e/ou ensaios, seguida por seus respectivos autores. Acrescenta-se ainda que no âmbito do material bibliográfico consultado, igualmente se levantou dados junto ao INE: Instituto Nacional de Estatística, de Cabo Verde, e também informações em alguns *sítes* ligados a rede mundial de computadores.

Capítulo I – A República de Cabo Verde: uma visão panorâmica dos aspectos geográficos

Neste Primeiro Capítulo objetiva-se fazer uma apresentação da nação cabo-verdiana, a Unidade Espacial alvo do TCC. Destaca-se, assim, que nesse tópico se considera, nomeadamente, os aspectos geográficos acerca desse mesmo Objeto de Estudo. Então, para iniciar o assunto, informa-se desde já que o país apresenta o seguinte Nome Oficial: República de Cabo Verde. A seguir, acrescenta-se que esse Estado Nacional é do tipo insular, constituindo-se sob a forma de um arquipélago. Conjunto este que por seu turno é formado por 10 (dez) ilhas principais, dentre as quais 9 (nove) são devidamente habitadas, com população fixa. Existindo apenas mais uma pequena ilha inabitada. Além destas, também se acrescentam ainda 5 (cinco) pequenos ilhéus, igualmente inabitados.

Assim, no sentido de se procurar individualizar a República de Cabo Verde, começa-se assinalando que sobre a sua Localização Geográfica, em termos absolutos, esse país possui as seguintes Coordenadas: 14° 55' 0" de Latitude Norte (Lat. N.), e 23° 31' 0" de Longitude Oeste (Long. W.). Agora em termos relativos, ou seja, quanto à Situação Geográfica, esclarece-se que essa nação se posiciona no Oceano Atlântico. No caso, próximo à África Ocidental. Mais precisamente ainda, distando 455 km da costa ocidental do referido continente africano. De uma forma mais detalhada, esclarece-se que o Arquipélago de Cabo Verde está constituído por 10 (dez) ilhas principais: Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo, Brava, e Santa Rita. E ainda por 5 (cinco) pequenos ilhéus: Raso, Branco, Grande, de Cima, e o Ilhéu Luís Carneiro.

Em relação à Dimensão Territorial, informa-se que o Estado Nacional de Cabo Verde engloba uma área total de 4.033 km². Realidade essa, logo, que já permite adiantar a conclusão de que se trata de um pequeno país, em termos territoriais. Más, por outro lado, acrescenta-se a informação de que esse país possui, entretanto, uma área de abrangência territorial que supera os 700.000 km². Sendo que esse fato decorre de que, somado às terras emersas, ainda se

pode acrescentar toda uma área marítima - no Oceano Atlântico - que se encontra sob a soberania legal dessa nação. Inclusive, sobre essa questão, SEMEDO, José M. (*In*: PASSOS, Messias; CUNHA, Lúcio; JACINTO, Rui.: ORGs. 2012.), classifica essa área (marítima) como sendo uma zona econômica exclusiva. Principalmente, no quadro das riquezas nacionais resultantes das atividades ligadas a indústria pesqueira.

A Tabela 01 e respectivo Gráfico 01 contêm subsídios acerca da dimensão territorial do arquipélago cabo-verdiano, representado em km². Acrescentando, ainda, que essas informações consideram o tamanho de cada ilha e ilhéu, respectivamente. Conjunto esse discriminado e ordenado de forma decrescente, segundo cada o tamanho de cada um. Esclarecendo, inclusive, que essas informações são expostas tanto em números absolutos, como também em dados relativos (%), as quais se encontram sistematizadas logo abaixo:

Tabela 01: REPÚBLICA DE CABO VERDE:

Dimensão Territorial (em km²) de cada ilha do país, bem como respectiva participação proporcional em relação ao conjunto total do território nacional.

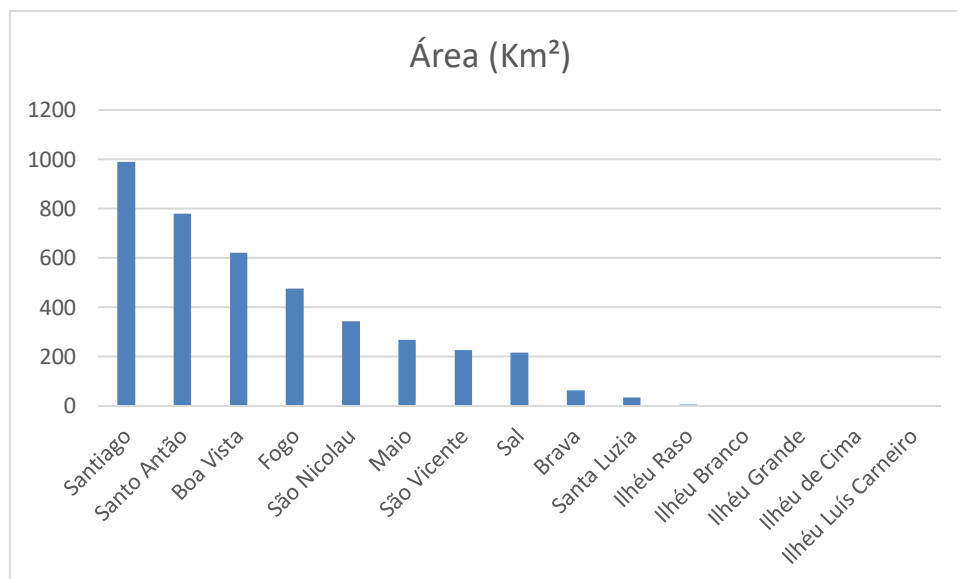
2020

| Ilha | Área (Km²) | Porcentagem (%) |
|-------------------------|------------------------------|------------------------|
| Santiago | 991 | 24.57% |
| Santo Antão | 779 | 19.31% |
| Boa Vista | 620 | 15.37% |
| Fogo | 476 | 11.80% |
| São Nicolau | 343 | 8.50% |
| Maio | 269 | 6.66% |
| São Vicente | 227 | 5.62% |
| Sal | 216 | 5.35% |
| Brava | 64 | 1.58% |
| Santa Luzia (Inabitada) | 35 | 0.86% |
| Ilhéu Raso | 7 | 0.17% |
| Ilhéu Branco | 3 | 0.07% |
| Ilhéu Grande | 2 | 0.04% |
| Ilhéu de Cima | 1.15 | 0.02% |
| Ilhéu Luís Carneiro | 0.22 | 0.005% |
| Total | 4.033 km ² | 100.00% |

Fonte: INE: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2020.

Gráfico 01: REPÚBLICA DE CABO VERDE:

Dimensão territorial, segundo o tamanho de cada ilha do país - medida em km²,
em relação ao conjunto total do território nacional,
2020



Fonte: Elaborado próprio autor da pesquisa, a partir dos dados coletados junto ao INE: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2020.

Ao se procurar fazer uma análise da Tabela 01, e respectivo Gráfico 01, observa-se, primeiramente, que Cabo Verde se trata, realmente, de uma pequena nação, uma vez que se constata que a dimensão total de seu território soma apenas 4.033 km². Em segundo lugar, os dados também demonstram a existência de um padrão irregular de distribuição territorial interna, quando se compara o tamanho de cada uma de suas ilhas. Assim sendo, ao se verificar como sendo bastante variável o território no interior desse mesmo arquipélago, ver-se que às referidas informações também permitem, de uma forma relativamente “grosseira”, distribuir as ilhas do país em cinco conjuntos específicos de dimensão territorial. Isto é, sem seguir a devida e necessária regra de caráter estatístico, considera-se que o território interno cabo-verdiano pode ser agrupado segundo as seguintes classes específicas de extensão: a) Grandes Ilhas, situadas na classe entre 600 a 999 km², que é composta pelas seguintes ilhas: Santiago, Santo Antão, e Boa Vista; b) Ilhas de Médio Porte, situadas no grupo entre 200 e 499 km², que é formado por: Fogo, São Nicolau,

Maio, São Vicente e Sal; c) Pequena Ilha, grupo situado na classe de 50 a 99 km², que é constituída somente por Brava; d) Pequena ilha, classe com dimensão entre 10 e 49 km², que possui somente Santa Luzia, a qual se configura, inclusive, como a única desabitada; e) Ilhéus de Tamanho Micro, grupo com dimensão abaixo de 9,99 km², sendo todos eles igualmente inabitados.

Quanto ao **Relevo** de Cabo Verde, inicia-se tomando como referência SEMEDO, José M. (op. cit.), sobre o qual esse autor assinala que todo o arquipélago possui a predominância de um relevo relativamente montanhoso. E também de origem vulcânica, cujas terras do território foram formadas pela acumulação de rochas, resultantes de erupções sobre plataformas submarinas. Trata-se, portanto, de uma formação bastante acidentada, e com vertentes íngremes. Acrescenta-se, inclusive, que o ponto culminante do país é o Pico do Fogo, que se encontra situado na ilha de mesmo nome, somando 2.829 Metros de Altitude, sendo representada através da Foto 01, abaixo:

Foto 01: Pico do Fogo



Fonte: Créditos ao próprio autor do trabalho, em 2017.

Ainda sobre as condições do relevo desse país, acrescenta-se ainda que de acordo com os especialistas em geomorfologia, eles costumam subdividir o território desse Estado Nacional em dois grupos, quais sejam: a) Ilhas de Barlavento (formado por ilhas cujo relevo montanhoso tem um lado para onde sopra o vento), conjunto constituído por: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista; b) Ilhas de Sotavento (cujas montanhas têm um lado por onde se escoia o vento), conjunto composto por Maio, Santiago, Fogo e Brava. Assim sendo, explica-se que essa referida condição se dar conforme o posicionamento de cada ilha, diante dos ventos dominantes (alísios), que sopram de Nordeste. Daí que as ilhas de Barlavento se encontram mais a Norte, já às de Sotavento se alinham mais ao Sul, conforme pode ser demonstrado no Mapa 01, abaixo:

Mapa 01: Arquipélago de Cabo Verde, representando o conjunto das Ilhas de Barlavento, e igualmente às de Sotavento.



Fonte: Feito por BERTAIAN, Atilla, E publicado por. Paginaglobal.blogspot.com, em 2000.

Em relação ao **Clima** de Cabo Verde, informa-se inicialmente que o tipo predominante nessa nação é o Tropical Árido e Semiárido. Assim, no sentido de melhor detalhar essas condições climáticas, esclarece-se que tomando como fonte o Instituto Nacional de Estatística, o mesmo aponta que nessa nação, todas as 10 ilhas do país se localizam no prolongamento de uma vasta Zona Semiárida e Árida. A qual por sua vez, em linhas gerais, faz parte da área territorial do Sahel. Unidade Espacial esta que por seu turno atravessa o Continente Africano, de Leste a Oeste, margeando meridionalmente todo o Deserto do Saara.

Quanto às precipitações anuais no arquipélago cabo-verdiano, ver-se que os índices pluviométricos são em média relativamente baixos. Variando de apenas 80 a 120 mm nas ilhas mais secas: Sal, Boa Vista e Maio. Passando por taxas entre 180 e 220 mm, nas ilhas de média pluviosidade, a exemplo de Brava, Fogo e Santiago. E chegando a classe de 280 a 330 mm nas ilhas mais chuvosas, tais como Santa Luzia, São Vicente, e principalmente São Nicolau e Santo Antão. Já sobre a temperatura média anual na República de Cabo Verde, revela-se que ela gira em torno de 19 a 22 graus nos meses mais frios (novembro, dezembro, janeiro e fevereiro) e de 25 a 28 graus centígrados nos meses mais quentes (maio, junho, julho e Agosto).

Em relação à **Hidrografia** cabo-verdiana, aponta-se desde já que no país esse recurso ambiental é muito pobre. E isso, devido principalmente às próprias condições pluviométricas, tais como foram mencionados acima. Dessa forma, esclarece-se que nessa nação não há cursos de água superficiais perenes, ou seja, não se verifica a ocorrência de rios permanentes. De outro modo, se revela, portanto, que há apenas pequenos vales intermitentes, que no caso são formados por pequenos riachos de caráter temporários, que são revitalizados no curto período chuvoso.

Já sobre a **Vegetação** da República de Cabo Verde, informa-se que face à escassez dos recursos naturais sob o caráter das condições climáticas, constata-se no interior da maior parte das ilhas, a predominância de paisagens montanhosas praticamente despidas de vegetação. Porém, alternadas com vales mais exuberantes, na qual segundo SEMEDO (op. cit., p - 340), “se vê uma vegetação arbórea e arbustiva, nas parcelas com nesgas de solo entre

rochas descarnadas”. Informa-se, ainda, que nessas áreas: entre vales, é aonde se pratica o pouco da agricultura que se desenvolve no país. Trata-se dos cultivos de subsistência, mas hoje classificada pela Geografia Agrária como sendo do tipo pequena agricultura, ou então, familiar/não capitalista.

Já sobre as principais características de caráter socioeconômico da República de Cabo Verde, inicia-se apresentando os dados em relação ao contingente populacional do país. Sendo assim, indica-se que para o ano de 2010, data do último Censo Demográfico, esse Estado Nacional soma um total de 491. 575 habitantes residentes. Registra-se, assim, que a Tabela 02 e respectivo Gráfico 02, a seguir e abaixo, contêm uma síntese dos dados demográficos dessa nação. Ambas as figuras, inclusive, também demonstrando o detalhamento sobre a natureza da distribuição populacional, considerando, portanto, cada uma de suas ilhas.

Tabela 02: República de Cabo Verde:

Distribuição Populacional, segundo cada Ilha do arquipélago e organizado por ordem decrescente.

2010

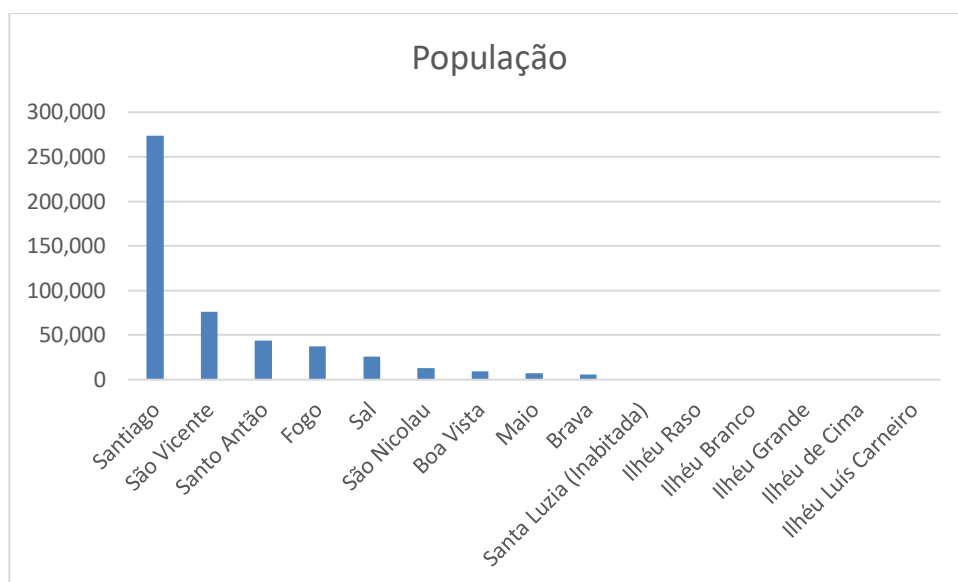
| Ilha | População | Porcentagem (%) |
|---------------------|------------------|------------------------|
| Santiago | 273.919 | 55.72% |
| São Vicente | 76.107 | 15.48% |
| Santo Antão | 43.915 | 8.94% |
| Fogo | 37.051 | 7.54% |
| Sal | 25.657 | 5.22% |
| São Nicolau | 12.817 | 2.60% |
| Boa Vista | 9.162 | 1.86% |
| Maio | 6.952 | 1.42% |
| Brava | 5.995 | 1.22% |
| Santa Luzia | 0 | 0.00% |
| Ilhéu Raso | 0 | 0.00% |
| Ilhéu Branco | 0 | 0.00% |
| Ilhéu Grande | 0 | 0.00% |
| Ilhéu de Cima | 0 | 0.00% |
| Ilhéu Luís Carneiro | 0 | 0.00% |
| Total | 491.575 | 100.00% |

Fonte: Elaborado próprio autor da pesquisa, a partir dos dados coletados junto a SEMEDO, José. In: PASSOS, Messias; CUNHA, Lúcio; JACINTO, Rui. 2012.

Gráfico 02: República de Cabo Verde:

Distribuição Populacional, segundo cada Ilha do arquipélago e organizado por ordem decrescente.

2010



Fonte: Elaborado próprio autor da pesquisa, a partir dos dados coletados junto a SEMEDO, José. In: PASSOS, Messias; CUNHA, Lúcio; JACINTO, Rui. 2012.

Ao proceder à análise da Tabela 02, com concomitante Gráfico 02, observa-se, primeiramente, que Cabo Verde pode ser considerado como um país pouco populoso em número de habitantes. Isto é, em termos demográficos se trata de uma nação com pequena população absoluta. Considerando nesse caso, certa comparação entre às demais nações do planeta. Em segundo lugar, observa-se também um elevado índice de concentração populacional nesse referido país, Sendo que isso se dar em razão dos dados apontarem que mais da metade de sua população reside em apenas uma das ilhas. Clarifica-se, então, que somente a Ilha de Santiago, com um efetivo de 273.919 habitantes, lidera o grupo, respondendo sozinha por precisamente 55,72% de toda a população nacional. O que vem confirmar, logo, o caráter da irregular distribuição populacional entre às ilhas do Arquipélago.

Por fim, e em terceiro lugar, os dados acima ainda podem indicar uma boa nota para o caso específico de São Vicente. Observando assim, que essa

ilha se encontra situada no 2º posto dentre às ilhas mais populosas da nação, somando um total 76.107 habitantes absolutas. Número esse que representa o percentual de 15,48% do conjunto total da população cabo-verdiana. Más, o que realmente faz essa ilha se destacar no conjunto populacional cabo-verdiana, é o fato do peso populacional proporcionado pela própria Cidade de Mindelo. Consistindo, então, que isso ocorre tendo em vista responder por mais de 95% de toda a população da ilha. Diante disso, adianta-se desde já que essa localidade se constitui no segundo maior centro urbano do país, portanto, menor apenas que Praia, a capital e a maior cidade do País.

Tabela 03: República de Cabo Verde: População Relativa

Densidade demográfica, segundo cada ilha do Arquipélago e organizado por ordem decrescente.

2010

| Ilha | População | Área (km²) | Densidade Demográfica: Habitantes/Km² (%) |
|-------------------|------------------|-------------------|--|
| São Vicente | 76.107 | 227 | 335,27 |
| Santiago | 273.919 | 991 | 276,41 |
| Sal | 25.657 | 216 | 118,78 |
| Brava | 5.995 | 64 | 93,57 |
| Fogo | 37.051 | 476 | 77,84 |
| Santo Antão | 43.915 | 779 | 56,37 |
| São Nicolau | 12.817 | 343 | 37,37 |
| Maio | 6.952 | 269 | 25,84 |
| Boa Vista | 9.162 | 620 | 14,78 |
| Santa Luzia | 0 | 35 | -- |
| CABO VERDE | 491.575 | 4.033 | 121,88 |

Fonte: Elaborado próprio autor da pesquisa, a partir dos dados coletados junto a SEMEDO, José. In: PASSOS, Messias; CUNHA, Lúcio; JACINTO, Rui. 2012.

Então, ao se fazer a análise da Tabela 03, consoante aos dados sobre a população relativa de Cabo Verde, o primeiro aspecto a se destacar é que diferente dos números absolutos, nesse caso, agora, o país se apresenta de modo mais significativo. Isto é, em termos de densidade demográfica, esse Estado Nacional possui um percentual relevante, cujos valores atingem 121,88 habitantes/km². Em síntese, trata-se de um país razoavelmente povoado. Assim, considera-se que o principal fator que explica essa realidade diz respeito ao tamanho reduzido da área territorial dessa mesma nação. Já o segundo aspecto a se registrar, é que aqui também se observa o caráter da desigual densidade demográfica, entre às ilhas do arquipélago. Portanto, tal como foi visto sobre os números absolutos, agora semelhante situação de distribuição irregular se repete nos índices de povoamento, quando se compara ilha versus ilha.

Ainda sobre a natureza da população relativa na nação cabo-verdiana, cabe registrar, em terceiro plano, como é que se dar o padrão de povoamento referente ao conjunto de suas ilhas. Consistindo assim, que de acordo com os dados fornecidos pela mencionada Tabela 03, essas informações permitem classificar os seguintes agrupamentos de ilhas, segundo graus de densidades demográficas:

a) ilhas de alta densidade demográfica: São Vicente e Santiago, com 335,27 hab./km² e 276,41 hab./km², respectivamente. Sendo que essa situação se explica tendo em vista ambas as ilhas possuírem os dois maiores centros urbanos do País. Ou seja, a Cidade da Praia em Santiago, e a de Mindelo em São Vicente. No entanto, a condição de São Vicente possuir uma maior densidade que Santiago se justifica pelo fato, contudo, dessa ilha possuir um tamanho territorial bem reduzido. E isso, quando comparado a Santiago, que é a mais extensa ilha do país. Realidade essa que chama a atenção, pois como se sabe essa última ilha além de ser a mais populosa, ela também contém a Capital do país, e ainda mais outros centros urbanos relevantes;

b) ilhas com níveis razoavelmente densas: Sal (118,78 hab./km²), Brava (93,57 hab./km²) e Fogo (77,84 hab./km²). Nesse

grupo, o principal destaque cabe a Sal, aonde segundo se sabe, trata-se de uma ilha de recente e amplo desenvolvimento econômico. Sendo que esta situação ocorre desde que essa ilha se orientou para as atividades do setor turístico, e em nível internacional. Fato esse que, provavelmente, impacta fortemente no processo da imigração interna, recebendo parte da população oriunda de todo o território nacional;

c) ilhas de média densidade: Santo Antão (56,37 hab./km²) e São Nicolau (37,37 hab.km²). Assim, conforme se sabe, esta realidade se explica pelo fato de serem ilhas relativamente estagnadas economicamente. Sendo que nesses casos, por conta de serem voltadas para as atividades agrícolas. Fenômeno esse que ocorre mesmo em se tratando de ilhas com razoável dimensão territorial;

d) ilhas de baixa densidade: Maio (25,84 hab./km²) e Boa Vista (14,78 hab.km²). Então, consiste que nessa classe o destaque vai para Boa Vista. E isso, mesmo levando em conta que para os padrões de Cabo Verde, essa ilha possui um território considerável, mas, entretanto, contendo uma pequena população absoluta.

Então, embora de uma forma relativamente mais genérica, os aspectos acima se constituem nos principais elementos de ordem geográfica da República de Cabo Verde. Esperando, enfim, que esses elementos tenham possibilitado conseguir estabelecer um olhar panorâmico acerca da própria geografia do país.

Capítulo II – História e produção do espaço geográfico no território de Cabo Verde – Parte Um: do descobrimento do arquipélago à conquista de sua soberania política

Conforme se vê, nesse Segundo Capítulo a principal finalidade é levantar os principais acontecimentos que fazem parte da primeira etapa da história de Cabo Verde. Com isso, se informa que o período histórico envolvido nesse estudo vai de 1460 a 1975. Consistindo então, que esse é o tempo histórico em que esse território se achava sob a possessão de Portugal. Nessa análise, enfim, a discussão científica abrangerá uma reflexão sobre tudo o que de mais importante aconteceu no arquipélago cabo-verdiano, num momento quando essa região se constituía numa colônia portuguesa.

Sobre a **evolução histórica** de Cabo Verde, começa-se relatando que o início da formação espacial se dar, justamente, em 1460. Este ano, então, se refere à data que é hegemonicamente admitida pelos historiadores como sendo o marco da descoberta do arquipélago. Ainda sobre esse corte histórico, FERREIRA (1997) assinala que não há um real consenso sobre quem foi o verdadeiro descobridor do território cabo-verdiano. Embora, vários autores se inclinem para os seguintes nomes: o veneziano Cadamosto, o português Diogo Gomes, e o genovês Antônio de Noli. Assim sendo, para FERREIRA (op.cit.), se aceita, consensualmente, que a primeira ilha a ser avistada tivesse sido a de Santiago. Também segundo essa mesma autora, os nomes atribuídos a cada uma das ilhas correspondem a dias dedicados no calendário cristão. Com isso, considera-se na nominativa o respectivo santo do dia do descobrimento.

Agora, **sobre o caráter do povoamento de Cabo Verde**, especificamente, registra-se que na altura do descobrimento, todas as ilhas do arquipélago eram totalmente desabitadas. Diante disso, informa-se que o início da colonização do território se inicia com a chegada dos primeiros portugueses nas ilhas, processo esse no qual FERREIRA (op. cit) denomina de: “colonização metropolitana”. Consistindo que para essa mesma autora (op. cit), a maioria dos primeiros colonos são oriundos da Região do Algarve, do Arquipélago da Madeira e também, mais tarde, do Norte de Portugal (Regiões

do Douro e do Minho). Más, ainda conforme FERREIRA (op. cit.), também havia alguns poucos estrangeiros, entre os primeiros colonizadores.

No entanto, devido aos rigores do clima cabo-verdiano, antes já assinalado como sendo predominantemente árido e semiárido, esclarece-se que a origem da mencionada ocupação territorial se deu de modo bem lentamente. Assim como de forma igualmente rarefeita. Nessa perspectiva, FERREIRA (op. cit.) destaca que a Ilha de Santiago foi a primeira a ser habitada no arquipélago. Sendo que o primeiro sinal de povoamento no espaço cabo-verdiano se deu a partir da instalação da Fortaleza Real de São Filipe, situado no Alto de Achada Forte, na Cidade da Ribeira Grande, tal como pode ser devidamente visualizada com base na ilustração da Foto 02, abaixo:

FOTO 02: Demonstrando parte do Forte de São Filipe, com vista panorâmica para igual parte urbana da Cidade Velha. Ambos, situados na Municipalidade da Ribeira Grande (de Santiago).



Fonte: Créditos ao próprio autor do trabalho, em 2017.

Ao se procurar fazer a devida leitura da assinalada Foto 02, destacam-se, desde logo, que a antiga Fortaleza Real de São Filipe hoje é denominada de Forte de São Filipe, ou simplesmente Fortaleza. Na época inicial da colonização, esse equipamento se constituiu na primeira e mais importante fortificação de todo o arquipélago. Equipamento que dava suporte de defesa ao núcleo original do povoamento cabo-verdiano. No caso, na Cidade de Ribeira Grande, atual Cidade Velha, pertencente à Municipalidade¹ de Ribeira Grande de Santiago. Sobre essa localidade, reforça-se a informação de que esse mencionado núcleo urbano se refere à Sede inicial da administração colonial portuguesa no arquipélago. Em outras palavras, a primeira Capital de Cabo Verde.

Logo depois dessa mencionada primeira ocupação, seguiu-se com o povoamento da Ilha do Fogo. Processo esse que se iniciou por volta de 1462. Ainda sobre essa dinâmica inicial, relativo à ocupação de Cabo Verde, a mencionada autora FERREIRA (op. cit.) ainda acrescenta: “então, já passados 40 anos após o descobrimento do arquipélago, apenas Santiago e Fogo eram às ilhas habitadas”. No entanto, registra-se que a partir do início do Século XVI também se começa o povoamento de Boa Vista e Maio. Processo esse que por sua vez se dá com a introdução de pastores portugueses, bem como, igualmente, através da participação de alguns escravos, sendo estes últimos mais vinculados ao cultivo do algodão.

Ainda no final do mencionado Século XVI, também se inicia a ocupação das Ilhas: Brava e Santo Antão. Porém, chama-se a atenção que nesta época, estas duas citadas ilhas eram povoadas exclusivamente por escravos. Visitadas, entretanto, de tempos em tempos por funcionários “capitães-donatários” portugueses, cuja finalidade se dava com o objetivo de inspecionarem o abate dos animais. Más, a consolidação do povoamento com habitantes unicamente não escravos, somente ocorre no início do Século XVII. Assim, ainda sobre a natureza desse assinalado povoamento, FERREIRA (op.

¹ Em nota, primeiramente deve ser esclarecido que em Cabo Verde, os Municípios costumam ser denominados de Municipalidades. Em segundo lugar, informa-se também que em cada Municipalidade pode haver uma, ou - se for o caso - mais Cidades. Em terceiro, outro ponto ainda a se destacar é que nesse país, as nominativas das Cidades não precisam, ou então, não costumam, necessariamente, serem homônimas às Municipalidades nas quais elas pertencem.

cit.) lista os seguintes grupos: portugueses, mestiços nascidos no próprio arquipélago, e/ou negros libertos. Registra-se que é igualmente nessa mesma época que se inicia a ocupação da Ilha de São Nicolau.

Por fim, ainda sobre a referida dinâmica de ocupação do território cabo-verdiano, revela-se que esse processo se completa com o povoamento da Ilha de São Vicente, no Século XVIII. E por fim seguida pela Ilha do Sal, agora já no Século XIX. Para encerrar essas anotações acerca do processo de povoamento, FERRERA (op. cit.) ainda aponta que estas últimas ilhas, tal qual àquelas anteriormente citadas, também eram povoadas somente por escravos. Daí que possuíam um número de habitantes bastante reduzido. Contudo, logo depois desse mencionado período inicial, o conjunto das ilhas passam, todas elas, a serem povoadas por portugueses, mestiços, bem como escravos libertos. Consistindo, enfim, que toda essa mesma dinâmica evolui mais tarde, traduzindo-se numa ampliação do povoamento. E cada vez mais reforçada com novos habitantes: nativos e imigrantes.

Nos primeiros séculos da história cabo-verdiana, a questão que mais se destaca é o seu papel no chamado **Tráfico Negreiro**. Ação essa que foi muito importante em todo o período no qual se vigorou o referido processo de comercialização de escravos. Então, com o objetivo de justificar esse argumento, toma-se como exemplo o Artigo e/ou Ensaio escrito por Joana Gorjão Henriques, publicado em 09/06/2016, junto ao Jornal Público. Um periódico que se constitui em um Diário sediado na Cidade de Lisboa/PT, e que tem grande visibilidade em todo o território português. Assim, nesse texto, a mencionada escritora escreveu o seguinte: “durante todo o período colonial, Cabo Verde se transformou em um verdadeiro hipermercado a céu aberto de compra e venda de escravos”. Afirmativa esta que pode devidamente comprovada a partir da Foto 03, abaixo:

FOTO 03: Imagem retratando alguns vestígios das Celas - em forma de buracos, nos quais eram encarcerados parte dos escravos vindos da parte continental da África, antes de serem reencaminhados rumo a América para serem escravizados.



Fonte: Créditos ao próprio autor do trabalho, em 2017.

Para reforçar as colocações de HENRIQUES (op. cit.), e também tomando como suporte a Foto 03, ambos acima, registra-se que às referidas Celas, eram os locais de Cabo Verde aonde se encarceravam parte dos escravos vindos da Região Continental da África. Esse encarceramento “temporário” funcionava como meio que um tipo de triagem, no qual esses mesmos escravos eram ali reunidos e selecionados, antes de serem (re)exportados para o continente americano. Agora, quando já na América, eram distribuídos e vendidos por todo o continente, realizando-se assim a concretização de tal processo de escravização.

No sentido de se aprofundar a análise da mencionada Foto 03, somam ainda outras informações empíricas. Agora, colhidas na localidade alvo da investigação científica por meio de uma entrevista informal junto ao Guia Turístico, realizada na citada Fortaleza de São Filipe. Assim, de acordo com as respostas obtidas, destaca-se, primeiramente, que tais Celas mediam cerca de dois (2) m² de dimensão, por cada compartimento. Cubículos estes, então, nos quais se abrigavam, sucessivamente, um indeterminado número de escravos. Em segundo lugar, se revela também que a maior parte dos escravos ali aprisionados se refere àqueles que eram considerados como os mais “boçais”. Isto é, naqueles micros espaços ficava efetivamente enjaulado o contingente dos mais rebeldes, relativo ao assinalado processo de escravização. Por outro lado, esclarece-se o fato de que os demais escravos fossem reunidos em outros “galpões improvisados”, ou até mesmo em áreas abertas.

Outro importante monumento, e que também se inclui no citado contexto histórico do papel de Cabo Verde no Tráfico Negreiro é exemplificado pelo **Pelourinho**. Que se trata de uma escultura construída em forma de coluna, composta por mármore branco, e cuja estética histórica traduzia um estilo *manuelino*. Em geral, esse marco se situava na praça principal das cidades aonde ele era erguido. Enfim, o Pelourinho se constituía num símbolo do poder municipal na Era da Escravidão, pois junto a ele os escravos eram punidos, de modo severo e em público. No caso específico do território cabo-verdiano, o seu Pelourinho foi edificado na parte Sul da Ilha de Santiago, em 1520. Precisamente, na então Sede da Colônia, ou seja, na Cidade Velha. Inclusive, ainda se acrescenta que no ano de 1960, esse mencionado monumento foi alvo de restauração. Hoje, inclusive, ele é considerado como um importante marco da história do país. Sobre esse símbolo, vide Foto 04, abaixo:

FOTO 04: O Pelourinho, situado na praça principal da Cidade Velha - Ilha de Santiago/CV



Fonte: Créditos ao próprio autor do trabalho, em 2017.

Ainda sobre o Pelourinho, e agora se procurando fazer uma articulação com o particular caso brasileiro, toma-se como referência PRADO JUNIOR (2014), a partir de sua clássica Obra: Formação do Brasil Contemporâneo. Assim, de acordo com esse autor, esse monumento era existente nas principais cidades e vilas no então Brasil Colônia. Com isso, assinala mesmo que o Pelourinho tornou-se um verdadeiro símbolo do referido período colonial. Sendo que esses monumentos foram edificadas, especialmente, como uma forma de “amaciar” os chamados “escravos boçais”. Em outras palavras, utilizavam-se esse marco para fins do espancamento, e era dirigido aos

escravos mais “teimosos”. Em geral, nos Pelourinhos o rito se dava da seguinte forma: depois de amarrados pelas mãos junto às argolas, esses grupos mais valentes eram ali constantemente chicoteados, recebendo assim a devida “lição”. Enfim, essa prática de açoitamento visava tornar mais fácil a aceitação da condição de escravidão imposta a esses grupos mais resistentes, ao cativo.

Voltando ao caso de Cabo Verde na história do Tráfico Negreiro, destaca-se mais uma vez o quanto foi importante à participação desse território em todo o citado processo. Mas, por outro lado se constata que o seu papel mais destacado nessa dinâmica se deu sob o caráter de entreposto comercial. Portanto, no específico comércio de compra e venda de pessoas africanas escravizadas. Dessa forma, reafirma-se novamente que o arquipélago cabo-verdiano teve, realmente, um formidável desempenho nesse referido contexto. Para corroborar com essa afirmativa, resgata-se outra vez a autora HENRIQUES (op. cit), que aponta: “realmente, foi muito forte a atuação de Cabo Verde na época do Tráfico Negreiro,”. Sendo que essa mesma autora, para concluir, ainda se apoia no historiador senegalês (morador em Cabo Verde) de nome: Charles Akibodé, quando este assim sintetiza: em toda essa dinâmica, o território cabo-verdiano se transformou num verdadeiro “hipermercado de escravos”.

Assim, não é de todo aleatório o fato de que um número considerável de cientistas sociais venha atribuir aos cabo-verdianos o título de: **“Capatazes de Portugal”**. Denominação, logo, que assume certa linguagem crítica, conferida em razão de seu passado histórico. Portanto, é dessa forma que os africanos, externos ao arquipélago, costumam classificar o papel histórico desempenhado por Cabo Verde, na mencionada comercialização de escravos. Conotação essa, inclusive, que consegue perdurar até os dias atuais na parte continental do continente africano. Em especial, nos países de língua oficial portuguesa da África, como: Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe.

Ainda sobre o histórico papel desempenhado por Cabo Verde no referido Tráfico Negreiro, procura-se agora fazer certa articulação com o caso do Brasil Colonial. Para tanto, cita-se novamente PRADO JUNIOR (op. cit.), quando o

mesmo então assinala: “toda a manipulação direta junto aos escravos, primeiramente no comércio, e depois no trabalho já no território da colônia brasileira, tudo isso era feito pelas mãos dos capatazes”. Igualmente se referindo a esses próprios sujeitos, PRADO JUNIOR (op. cit.) ainda complementa: “todos os capatazes estavam a serviço dos proprietários dos negros, chamados de Senhores de Escravos”.

Então, ao retornar ao caso particular de Cabo Verde, ver-se que toda a dinâmica acima descrita também serve para comprovar com a afirmativa anteriormente colocada. Desse modo, igualmente vindo a corroborar com a ideia da aludida conotação imposta aos cabo-verdianos, qual seja: a de que eles se constituíram, realmente, como sendo os “capatazes de Portugal”. Reafirma-se, enfim, que essa é a visão dominante entre os demais africanos continentais. Sintetizando, portanto, o mencionado papel desempenhado pelos cabo-verdianos, durante todo o período que perdurou o esplendor da colonização portuguesa.

A partir deste parágrafo, passa-se agora no TCC a se defender uma questão importante. Que no caso, aqui é considerada meio que sob a forma de uma Tese. Mote esse, então, o qual visa dar uma explicação para o já amplamente referido alto grau de mestiçagem existente em Cabo Verde. Assim, para se defender esse Ponto de Vista, se elege duas linhas de argumentos: a) primeiramente, aquela perspectiva que tem como base a afirmativa de que o elevado índice de mestiços entre a população do país se vincula, diretamente, ao caráter da pobreza climática existente no arquipélago; b) já a segunda linha de abordagem, baseia-se de que pelo fato dos habitantes cabo-verdianos serem, historicamente, considerados como “capatazes de Portugal”, isso igualmente influencia para explicar tal intensa mestiçagem na nação cabo-verdiana. Sendo, inclusive, que essa última perspectiva também se relaciona com a afirmativa anterior.

Então, no sentido de se tentar comprovar à mencionada relação, acima colocada, inicia-se o debate científico se utilizando dos dados do Instituto Nacional de Estatística - de Cabo Verde. Logo, ao se tomar como base os seus vários Censos, o INE aponta que com certa regularidade, essa nação

apresenta a seguinte distribuição demográfica, quanto ao quesito Cor: 70% de mestiços, 29% de população negra, e 1% de população branca, de origem europeia. Então, conforme demonstram essas informações, há no país, realmente, uma predominância proporcional dos efetivos mestiços. Seguida pelos habitantes de cor negra. E depois, apenas uma pequena parcela populacional na classe da cor branca. Antes de seguir na defesa da Questão acima colocada, acrescenta-se, inclusive, que essa composição da estrutura demográfica cabo-verdiana, no tocante a Cor, traduz, contudo, uma realidade totalmente distinta quando comparada com a quase totalidade dos países da África Subsaariana. Sendo que nesse caso, se exclui obviamente a República Sul-Africana.

Ao se retornar na direção em defesa da aludida Tese, anteriormente assinalada, registra-se que essa discussão será iniciada pela análise da chamada: Pobreza Climática de Cabo Verde. Consistindo que a seguir, procurar-se-á relacionar essa mesma estrutura do clima do país, com do fato dos cabo-verdianos vierem a ser “rotulados”, historicamente, como sendo os “capatazes de Portugal”. Lembrando que esses dois fatores, ambos simultaneamente, atuam de forma articulada no sentido de responder a problemática sobre o elevado índice de mestiçagem existente na maioria da população desse país.

Assim, conforme fora registrado no Primeiro Capítulo do TCC, Cabo Verde possui, dominantemente, um bioma climático do tipo árido e semiárido. Logo, pelo fato de ser bastante seco, em boa parte do ano e em sua quase totalidade territorial, esse aspecto foi determinante para o fraquíssimo desenvolvimento da agricultura. Em outras palavras, tendo como base as citadas condições climáticas adversas, registra-se que esse fato causou uma fraca vocação agrícola no arquipélago. Consistindo, portanto, que esse aspecto impactou de uma forma bem direta, para que esse mesmo território não tivesse tido uma alta demanda de escravos. Desse modo, se revela mais uma vez que durante todo o período colonial, sob o comando da metrópole portuguesa, a então colônia cabo-verdiana não teve possibilidades, de natureza econômica,

de absorver um elevado número de cativos. Em síntese, reforça-se que isso se deveu, também, às precárias condições climáticas.

Diante disso, observa-se que em Cabo Verde não foi possível implantar unidades fundiárias do tipo **plantation**. Nesse território, o processo de desenvolvimento da agricultura foi bem diferente, quando comparado com o que ocorreu nas demais colônias, no enorme império colonial português. Em outras palavras, no território cabo-verdiano não houve condições favoráveis para se fixar os mesmos tipos de estabelecimentos agrícolas, estes, então, os quais foram assentados em todas às outras mencionadas colônias de Portugal, tais como: Brasil, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Inclusive, esclarece-se que tirando o território colonial brasileiro, em todas às colônias da África Colonial Portuguesa (claro que com exceção de Cabo Verde), essas mesmas propriedades do tipo **plantation** eram, localmente, denominadas de **roças**.

Assim, sobre o significado das unidades agrícolas do tipo **plantation**, ou **roças**, destaca-se que, entre outros aspectos, no então período colonial, em primeiro lugar, essas referidas propriedades se caracterizavam por possuir uma grande dimensão de terras. Logo, em geral denominados como Grandes Latifúndios. Em segundo lugar, assinala-se que às citadas extensas unidades fundiárias se caracterizavam, também, por possuir a prática agrícola da monocultura. Em terceiro lugar, também se pontua que esses latifúndios monocultores se especializavam, essencialmente, em produzir produtos voltados à exportação. Já em quarto lugar, salienta-se, ainda, que essas mesmas propriedades agrícolas igualmente se caracterizavam por exigir uma intensa força de trabalho. A qual, nessa época era formada principalmente pelos escravos, de origem africana.

Agora, nessa etapa do TCC, procura-se abrir um breve espaço na pesquisa, no sentido de se traçar certo paralelismo do caso cabo-verdiano, frente à realidade do desenvolvimento fundiário no então Brasil colonial. Assim, inicia-se essa reflexão registrando que no território da colônia brasileira, tais **plantations**, foram, historicamente, classificados como sendo os tradicionais: Latifúndios Monocultores. Inclusive, chama-se a atenção de que é

extremamente amplo o número de estudos realizados acerca desses tipos de estabelecimentos fundiários. Portanto, dentre a enorme quantidade de pesquisadores que abordam essa temática, no tocante à específica Questão Agrária do Brasil, cita-se os seguintes autores aqui considerados: FREIRE (2000), GOMES (2014); (2019), PRADO JUNIOR (2014), & SOUZA (2019). Corroborando assim, a informação de que no território cabo-verdiano não se pode implantar aquilo que Gilberto Freire, classifica em suas diversas obras, sobre a relação: Branco x Negro no Brasil, como sendo do tipo: Casa Grande e Senzala. Tipificando assim, portanto, o caráter da escravidão aonde tanto existia as **Plantations**, ou então às **roças**. Reafirma-se enfim, que essa realidade se repetia em praticamente todas às outras colônias portuguesas. Porém, isso não foi possível existir no arquipélago de Cabo Verde, de acordo com o que já fora amplamente assinalado antes.

A partir de todas as colocações descritas até aqui, parte-se, agora, para estabelecer a relação entre o clima de Cabo Verde, com a sua concomitante articulação com o caráter da composição por cor, na estrutura demográfica do país. Desse modo, começa-se esse debate reforçando a ideia de que em Cabo Verde se desenvolveu o predomínio de pequenas propriedades fundiárias. No caso, unidades agrícolas voltadas para a típica agricultura familiar. Mais também denominadas como sendo do tipo de subsistência. Ou ainda, simplesmente como a pequena agricultura não capitalista, conforme assim define OLIVEIRA (2007). Portanto, no território cabo-verdiano, nessas unidades agrícolas se lavrava a terra com a lavoura de alimentos, destinados apenas ao insipiente mercado interno. E secundariamente, aí também se desenvolvia igualmente uma pequena pecuária, a exemplo do pastoril de cabras.

Daí então, que no território cabo-verdiano não se percebe a existência de grandes latifúndios. Que no caso, se referem às amplas fazendas latifundiárias. Estas que por sua vez, dentre outras características, são especializadas no comércio internacional de produtos agrícolas. Então, diferente do que ocorre no referido arquipélago, ver-se que os mencionados latifúndios praticamente se generalizam por quase todo o planeta. Inclusive, se assinala que, contemporaneamente, a literatura agrária redefinem essas

grandes empresas agrícolas como sendo unidades comerciais do **agronegócio**. Tudo isso, assim, corrobora para que, no passado, Cabo Verde não viesse a se tornar um grande importador de mão de obra escrava. Lembrado que isso tem como fator determinante a barreira climática. Então, por conta dessa questão do clima, Portugal decide especializar a colônia caboverdiana no quase que exclusivo papel de ser um entreposto comercial, na chamada Era do Tráfico Negreiro. Comercializando os escravos, vindos da África continental, e os reexportando principalmente para todo o continente americano.

Então, sob a condição de um importante entreposto comercial, reafirma-se que isso foi decisivo para Cabo Verde ter tido um número reduzido de escravos locais. Diante disso, também se informa que em todo o mencionado processo de compra e venda de escravos africanos, vai caber aos caboverdianos o papel de fazer, *in loco*, esse dito trabalho “sujo”. E como se sabe, a mando da coroa portuguesa. Por outro lado, igualmente por conta disso, esclarece-se que aí nesse território, semelhantemente foi reduzido o número de habitantes de origem europeia, então quase que exclusivamente de origem portuguesa. Desse modo, quanto aos poucos habitantes de cor branca, revela-se que boa parte deles se empregava nos postos da administração local. Porém, pontua-se que a maior parcela dos colonizadores portugueses se encontrava ligados, mesmo, ao controle do comércio de escravos.

Então, para explicar, de fato, o porquê aconteceu tal elevado índice de miscigenação em Cabo Verde, toma-se como base os seguintes aspectos: primeiro, por se constatar que durante a época colonial portuguesa, nesse processo de colonização estavam envolvidos, quase que, somente segmentos do sexo masculino; e em segundo lugar, e que por conta da razão anterior, ocorreu, conseqüentemente, que esse mesmo grupo de homens viesse a se relacionar com mulheres escravas negras, de origem africana. Portanto, daí em diante, se desenvolveu assim todo o processo de mestiçagem. Consistindo que foi em todo esse já mencionado contexto, o momento histórico que os moradores locais assumem a condição de “capatazes de Portugal”. Papel esse,

como se sabe, lhes fora atribuído a mando dos portugueses. Considerando-se, logo, que aqui se fecha a argumentação em defesa da aludida Tese.

Tempos depois, já em meados do Século XIX, se deu o fim do citado Trafico Negreiro. Fato esse, então, que determinou a saída do arquipélago de grande parte do grupo de portugueses da colônia. Seja retornando para Portugal, ou então se redirecionando rumo às outras colônias. Com isso, no território cabo-verdiano restou apenas um reduzido número de administradores brancos. Mas nessa época, a maioria da população local já passou a ser constituída em sua maioria por mestiços. Resultando assim, numa dinâmica de mestiçagem que se desenvolve até os dias atuais.

Entre o final do Século XIX e até a primeira metade do Século XX, Cabo Verde possuía, ainda, um efetivo demográfico bem reduzido. Por outro lado, também se informa que se tratava de um contingente populacional extremamente pobre, e que por sua vez era formado, essencialmente, por pequenos agricultores. População esta, que então vivia em suas pequenas unidades agrícolas, produzindo uma agricultura de subsistência. Chama-se ainda a atenção para os limitados recursos naturais nesse território cabo-verdiano. Daí que, desde sempre, os cabo-verdianos vieram a se constituírem enquanto um povo eminentemente emigrante. Processo esse que a Ciência Demográfica classifica como sendo do tipo: diáspora. Tanto em direção ao território português, como igualmente se espalhando para outras partes do mundo. Inclusive, sob o ponto de vista político, deve ser lembrado que durante toda à época acima assinalada, Cabo Verde era totalmente dependente de Portugal.

Más, é a partir do Século XX que se começa a aparecer às primeiras aspirações em relação à conquista da soberania territorial em Cabo Verde. Fenômeno esse que se aprofunda, especialmente, após o final da Segunda Guerra Mundial. E que igualmente se repete em todas às demais colônias portuguesas do continente africano. Sobre esse assunto, inclusive, torna-se relevante destacar o fato de que todos os territórios coloniais portugueses na África empreenderam a luta pela independência, frente a Portugal, por meio de guerras de libertação. Consistindo, logo, que isso ocorreu de uma forma

generalizada. Agora, sobre a luta pela independência de Cabo Verde, particularmente, deve ser salientado um ponto fundamental. Nesse caso, se referindo ao aspecto de que o processo rumo à conquista de sua soberania se fez de forma articulada com a colônia de Guiné-Bissau.

Então, registra-se que ambos os territórios lutaram em conjunto por suas independências. Reforçando assim, a informação de que havia a ideia de uma unificação futura, ou seja, de juntar Cabo Verde e Guiné-Bissau em um único Estado Nacional. Projeto esse que deveria ser consolidado logo após ser alcançada àquelas referidas soberanias. Na realidade, na base de sustentação desse mencionado plano estava o seu idealizador, por nome de Amílcar Lopes Cabral, que se tratava de um cidadão nascido no ano de 1924, na Cidade de Bafatá, em Guiné Bissau. Acrescenta-se, ainda, que o mesmo foi um intelectual graduado em Portugal, e com formação acadêmica em Agronomia. Más, no plano real da luta pela independência, esse líder explorou os seus métodos e táticas teórico-marxistas na guerra de libertação, dado que era um importante seguidor dessa referida linha filosófica. Inclusive, pontua-se que Amílcar Cabral foi quem fundou o PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Partido político esse, que sob o seu comando, organizou a luta em prol da independência dos mencionados territórios.

O PAIGC foi fundado em 1956, sendo que no terreno real, a referida luta pela independência conjunta de Cabo Verde e Guiné-Bissau começou a ser desenvolvida, de fato, a partir dos anos 1960. Por volta de 1972, o partido praticamente já controlava quase a totalidade do interior do território de Guiné-Bissau, com exceção apenas da capital (Bissau). Inclusive, deve ser ressaltado um ponto muito importante, que no caso se refere que durante todo esse processo de Guerra de Libertação, não ocorreu qualquer combate bélico no específico território cabo-verdiano. Por outro lado, igualmente se observa que muitos cidadãos naturais de Cabo Verde se alistaram no exército do Partido, e efetivamente combateram no território guineense, em prol da independência. Em 1973, Amilcar Cabral foi assassinado na Cidade de Conacri (Guiné-Conacri), por dois membros de seu próprio Partido. Sendo assim, após a sua morte o PAIGC passa a ser liderado por Aristides Pereira.

Durante o processo de luta por soberania nas colônias africanas portuguesas, vai terminar por ser influenciado por um fato de extrema relevância, que decorre em Portugal. O qual por sua vez irá ditar novos rumos em toda essa dinâmica. Nesse caso, estar a se abordar sobre a Revolução dos Cravos, que eclodiu no dia 25 de abril de 1974, liderada pelas Forças Armadas de Portugal. Movimento político esse, então, que vai traduzir a própria queda do tradicional regime fascista português, implantado naquele país pelo ditador Antonio de Oliveira Salazar. Regime este, que durou cerca de meio século, no referido país europeu. Esse fenômeno, portanto, impactou de uma forma crucial para o encerramento, generalizado, das guerras de libertação, que desde os Anos 1960 eram travadas nos territórios coloniais portugueses da África.

No âmbito dos acontecimentos arrolados acima, destaca-se que no caso particular de Cabo Verde, já em dezembro de 1974 nesse território será constituído um Governo de Transição. No caso, em comum acordo entre o PAIGC - local - e o novo Governo Português, ligado às Forças Revolucionárias. Governo de Transição esse que prepara e convoca as eleições de uma Assembleia Nacional Popular. A qual, após eleita, é instalada em 30 de junho de 1975. Sendo que logo a seguir, na data de 05 de julho de 1975, é proclamada a independência do país, surgindo assim à nova nação cabo-verdiana.

Capítulo III – História e produção do espaço geográfico no Estado Nacional de Cabo Verde – Parte Dois: desde a independência do país, e até os dias atuais

Conforme se vê o Capítulo Três versa sobre a era mais contemporânea, relativo à história de Cabo Verde. Contemplando assim, o intervalo de tempo entre 1975 e 2020, ou seja, o período pós-independência do território. Sendo que o principal objetivo é fazer uma análise sobre as mais relevantes transformações espaciais acontecidas em todo país, durante o aludido tempo. Propondo-se ainda nessa dinâmica, indagar se ocorre certa desigualdade, ou não, entre às ilhas do arquipélago, quando se avalia o caráter do desenvolvimento socioeconômico, cultural e político dessa mesma nação.

Assim sendo, inicia-se esse tópico destacando que pela época em que Cabo Verde conquistou a sua soberania política - 1975, ainda vigoravam os ideais relativos aos planos de unificação com o igual novo país de Guiné-Bissau. Também libertado de Portugal, na mesma data. Para corroborar com essa informação, tomam-se como exemplo as Figuras 01 e 02, demonstradas abaixo, as quais representam às respectivas Bandeiras Oficiais de Guiné Bissau e Cabo Verde. Ambas, adotadas pelo PAIGC desde a própria luta de independência dos dois territórios.

Figura 01: Bandeira Oficial de Guiné Bissau (desde o período da luta pela independência, e até os dias atuais)



Fonte: Governo de Cabo Verde.

Figura 02: Bandeira Oficial de Cabo Verde (desde o período da luta pela independência, e até 1991)



Fonte: Governo de Cabo Verde.

Assim, reforça-se o esclarecimento de que às respectivas Bandeiras Oficiais de Guiné Bissau e Cabo Verde foram elaboradas pelo PAIGC, ainda durante a luta pelas independências das referidas colônias. Consistindo, inclusive que a de Guiné-Bissau perdura até os dias de hoje. No entanto, a mesma situação não ocorre em relação à nação cabo-verdiana. Então, sobre este último território, especificamente, informa-se que já no ano de 1980, esse país abandonou o outrora plano de unidade nacional com o território guineense. Resultando assim, na criação local do PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde. Episódio este, então, que traduz o rompimento com o PAIGC de Guiné-Bissau. Depois desse acontecimento, esses dois antigos territórios aliados, passaram daí em diante a ter certa rivalidade regional. Inclusive, chama-se a atenção de que o braço guineense do mencionado partido político ainda permanece com a nomenclatura original, ou seja, mantendo a letra inicial relativa ao Estado de Cabo Verde. Fato esse, logo, que nos dias atuais se torna motivo de razoável preocupação entre os nativos cabo-verdianos.

Más, a separação do território cabo-verdiano em relação à Guiné-Bissau se aprofunda, mesmo, é a partir da Revisão Constitucional de Cabo Verde. Processo esse que foi realizado entre 1991 a 1992, portanto, já no quadro dos acontecimentos que ditam o fim da Guerra Fria. Nova Constituição esta que, dentre outras coisas, instaurou o caráter do multipartidarismo político no país, bem como a sua inserção na economia de mercado. Isto é, nessa época, estes fatos colocam a nação no rol da abertura para o mercado global capitalista, como também se trata do período que marca o estabelecimento da democracia partidária no país. Então, é nesse quadro que entra em cena o partido político MpD – Movimento para a Democracia, que consiste numa legenda de perspectiva centro-direita. Sendo que daí em diante, o mesmo se torna no maior rival do PAICV (agora um partido de centro-esquerda).

Ainda no âmbito da mencionada Revisão Constitucional de Cabo Verde, concluída em 1992, registra-se que esse mesmo Documento também veio a definir uma nova Bandeira Nacional para o país. Sobre a qual, inclusive, já se adianta que essa nova Bandeira de Cabo Verde é totalmente diferente, quando comparada com a que existia anteriormente. Portanto, distinta, daquela que antes dividia às mesmas cores com a Bandeira de Guiné-Bissau. Tudo isso, logo, em conformidade com o que pode ser visto na Figura 03, abaixo:

Figura 03: Bandeira de Cabo Verde (Desde 1992, e até os dias atuais)



Fonte: Governo de Cabo Verde.

Assim, de acordo com a Figura 03, relativo à nova Bandeira Nacional da República de Cabo-verde, ver-se que ela é constituída por cinco retângulos dispostos, no sentido do comprimento e sobrepostos. Sobre esses cinco retângulos, se encontram dez estrelas amarelas, todas elas do tipo com cinco pontas. Quanto às ilhas do arquipélago, revela-as que todas as dez (10) estão representadas pelas mencionadas estrelas, e por sua vez dispostas em círculo. Elas, enfim, sinalizam a união do arquipélago. Já em relação às cores, registra-se que o azul, predominante na bandeira, simboliza o céu e o mar. A cor branca traduz a paz que o povo quer. Sendo que a cor vermelha retrata o esforço – histórico – de sua população nativa. Traduzindo no passado, a sua luta pela conquista da independência. Consistindo que no presente, essa referida cor vermelha retrata a ação permanente no sentido de se consolidar, sempre, essa mesma soberania. Por fim, destaca-se que todas às faixas somadas, juntas, sintetizam a própria construção do país, rumo ao seu desenvolvimento socioeconômico, cultural e político.

Enfim, sob o ponto de vista cabo-verdiano, rompe-se daí em diante qualquer ideário de unificação territorial com a nação guineense. Depois dessa época, e seguindo no sentido da virada do Século XXI, e depois continuando até os dias atuais, ver-se que a democracia praticamente se mantém estável no país. Isso impacta, também, na existência de certa rotatividade no poder entre os assinalados dois maiores partidos da nação. Rotatividade política esta, que ao longo do tempo produz, como efeito, uma boa estabilidade no território.

Esta estabilidade política em Cabo Verde, acima assinalada, termina por influenciar fortemente na contribuição para o avanço do país em todas às áreas. E em especial, sendo decisivo no desenvolvimento econômico, que por sua vez impacta de forma positiva em toda à sociedade cabo-verdiana. Realidade totalmente diferente, entretanto, do histórico rumo seguido por Guiné-Bissau. Aonde se nota, inversamente, uma total e permanente instabilidade política. E isso sempre, ou seja, desde a descolonização do território. Perdurando até os dias de hoje. Condição essa, logo, que condiciona grandes perdas para o povo guineense. Cujo resultado, tal como se verifica

atualmente, se reflete no efetivo atraso do desenvolvimento estrutural de sua nação.

Ainda no quadro da análise do período pós-independência de Cabo Verde, outro ponto capital alvo se refere à específica trajetória do crescimento econômico do país. Consistindo assim, que agora a finalidade básica é ver como isso impacta no processo do desenvolvimento socioeconômico, cultural e político de toda a sociedade cabo-verdiana. Assim como, também, se procura examinar o seu efeito na dinâmica do conjunto das ilhas do arquipélago. Então, para iniciar esse debate científico, informa-se de que na data da conquista da soberania territorial, em 1975, boa parte da chamada Comunidade Internacional veio atribuir a esse novo Estado Nacional a seguinte condição: “nasce mais um país inviável”. Logo, uma nação sem qualquer futuro positivo, portanto, condenado ao eterno subdesenvolvimento. Sendo que a sua classificação nessa “qualidade”, se deveu, essencialmente, aos elevados índices de pobreza aí existentes na citada época.

Inclusive, chama-se a atenção que nessa mesma situação, foram igualmente classificados um conjunto de países que naquela altura também ficaram independentes. Eis alguns exemplos: Bangladesh, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Suriname, e outros mais. Todas essas nações, assim, pertencendo a um grupo de Estados Nacionais que provavelmente alcançaria níveis razoáveis de desenvolvimento. Sendo que tudo isso pode ser devidamente comprovado através Almanaque Abril, Volume: 1979². Reafirma-se assim, que devido Cabo Verde ser miserável no momento em que acabara de se libertar do domínio colonial português, este fato permitiu que lhe conferissem como sendo um país inexequível.

² O Almanaque Abril era uma Obra de periodicidade anual. Então, editada pela Editora: Abril Cultural. Foi publicada regularmente entre os anos de 1975 a 2015. Sendo que dentre outras informações, registrava os dados estatísticos de todos os países, relativos aos indicadores econômicos e sociais. Consistindo ainda, que no particular caso sobre as nações, a fonte original dos dados se constituía no Relatório do Desenvolvimento Econômico, igualmente elaborado a cada ano pelo Banco Mundial.

Porém, com o passar dos anos, se verifica que Cabo Verde veio a se mostrar que não ficou entregue a própria sorte do eterno atraso. Contrariando assim, às referidas expectativas negativas a si atribuídas. Então, no sentido de se começar a refletir o porquê desse país conseguir inverter as projetadas perspectivas mencionadas, tomam-se como base, inicialmente, os dados da Tabela 04, a seguir. Adiantando, inclusive, o esclarecimento de que essas informações se referem à Evolução da População de Cabo Verde, considerando o período entre 1940 e 2010. Explicitando ainda, que os mesmos dados contemplam dois momentos específicos. O primeiro, em tom mais claro na tabela, retratando o tempo em que o território ainda era colônia portuguesa. No segundo momento, em tom mais escuro, se demonstra a ocasião em que a nação já adquiriu a sua soberania nacional. Para complementar o rol dessas informações iniciais, esclarece-se também que de 1940 a 1970 os dados foram levantados pelo Instituto de Estatística de Portugal, pois o arquipélago ainda era uma de suas colônias na África. Mas de 1980 a 2010, eles já foram obtidos junto ao INE da República Cabo-Verdiana. Portanto, veja a Tabela 04, abaixo:

Tabela 04: Evolução da População de Cabo Verde, considerando o período de 1940 a 2010.

| Ilhas | Anos | | | | | | | |
|-------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2010 |
| Santo Antão | 35.977 | 28.339 | 33.953 | 44.623 | 43.321 | 43.845 | 47.124 | 43.915 |
| São Vicente | 15.848 | 19.576 | 20.705 | 31.578 | 41.594 | 51.277 | 67.844 | 76.107 |
| São Nicolau | 14.846 | 10.366 | 13.866 | 16.308 | 13.572 | 13.665 | 13.536 | 12.817 |
| Sal | 1.121 | 1.838 | 2.608 | 5.505 | 5.826 | 7.715 | 14.792 | 25.657 |
| Boa Vista | 2.779 | 2.985 | 3.263 | 3.569 | 3.372 | 3.452 | 4.193 | 9.162 |
| Maio | 2.237 | 1.924 | 2.680 | 3.466 | 4.098 | 4.969 | 6.742 | 6.952 |
| Santiago | 77.382 | 59.397 | 88.587 | 128.782 | 145.957 | 175.691 | 236.352 | 273.919 |
| Fogo | 23.022 | 17.582 | 25.615 | 29.412 | 30.978 | 33.902 | 37.409 | 37.051 |
| Brava | 8.528 | 7.937 | 8.625 | 7.756 | 6.985 | 6.975 | 6.820 | 5.995 |
| Cabo Verde | 181.740 | 149.984 | 199.902 | 270.999 | 295.703 | 341.491 | 434.812 | 491.575 |

Fonte: Adaptado pelo autor da pesquisa, a partir dos dados em tabela original, elaborada por: SEMEDO, José. *In*: PASSOS, Messias; CUNHA, Lúcio; JACINTO, Rui. 2012.

Ao se iniciar a análise da Tabela 04, registra-se mais uma vez que ela engloba tanto, dados da fase em que o território era uma simples colônia de Portugal, bem como àqueles relativos ao período em que Cabo Verde já se apresenta como nação independente. Então, numa visão mais geral, ao se acenar para o conjunto total da população absoluta do país, verifica-se, inicialmente, que os dados apontam um crescimento populacional quase que constante, ao longo de todo o referido período. Pondera-se, entretanto, que há apenas uma exceção. Que no caso, se dá nos Anos 1940, cujas informações indicam uma diminuição do próprio efetivo total de habitantes no território.

Assim, quanto a este fato específico, se esclarece que se refere ao fenômeno da estiagem climática. O que de certo modo é algo relativamente comum na região. No entanto, essa singular seca sucedida na citada Década de 40, do século passado, foi profunda e prolongada. E só finalizou nos primeiros anos da Década de 1950. De acordo com Semedo (op.cit.), essa estiagem gerou muita fome e miséria entre a população nativa cabo-verdiana, provocando mais de 20.000 mortes de pessoas nesse período. Por outro lado, milhares de outros habitantes foram forçados a emigrar do arquipélago, principalmente em direção a Portugal, a sede da metrópole colonial. Enfim, nessa época o impacto da referida seca foi muito forte, chegando ao ponto de levar à própria diminuição da população absoluta no território.

Ao retornar a análise acerca do ritmo de crescimento populacional de Cabo Verde, focalizado na Tabela 04, constata-se que os dados demonstram uma trajetória com dois momentos diferenciados, quando se comparam os dois tempos considerados. Ver-se, logo, que o aumento da população é um pouco mais lento na época colonial. Diferente, porém, do que acontece depois da conquista da independência do arquipélago, cujo crescimento demográfico nessa fase se torna bem mais rápido. Nesse último caso, inclusive, chega mesmo próximo de dobrar o número de habitantes absolutos no país. Então, no sentido de explicar essas mencionadas distintas tendências, se elege aqui dois motivos principais.

A primeira causa se relaciona a um aspecto mais puramente demográfico. No caso, referente ao comportamento das taxas de mortalidade. Embora, desde já se ressalve que na dita Tabela 04, tanto os índices de

mortalidades, como também os de natalidades, não sejam explicitamente tratados. Más sim, somente de forma implícita. No entanto, mesmo considerando essa ressalva, aponta-se que aqui seja possível se utilizar, mesmo que de um modo indireto, das informações que levem ao entendimento dos níveis de mortalidade na região. Com isso, a leitura da citada Tabela 04 indica que até 1975 os óbitos eram, por certo, muito mais elevados, se comparado com o período pós-independência. Impactando assim, num menor crescimento vegetativo da população, nessa primeira etapa histórica estudada. Como principal fator determinante para esse menor ritmo de aumento populacional, assinala-se que isso se devia, provavelmente, aos altos níveis de pobreza e de miséria social, que na época aí eram generalizados.

No entanto, a partir da conquista da soberania política, as coisas começam a avançar, positivamente. Traduzindo com isso, que aos poucos o país vai melhorando de vida. Como efeito, dentre outros aspectos, ver-se à gradual diminuição das taxas de mortalidade geral da população. Resultando, por outro lado, no gradativo aumento do ritmo de crescimento natural da população.

Mais uma vez se registra que nessa análise não se está a abordar sobre as taxas de natalidade em Cabo Verde. E isso, porquê de acordo com o que se sabe, os índices de nascimentos no país se apresentam bastante elevadas. E isso sempre, ou seja, em ambos os referidos momentos históricos aqui tratados. Para explicar essa ressalva, toma-se como base o fato de que nessa nação ainda não se atingiu a chamada **transição demográfica**. Estágio de comportamento demográfico o qual significa, então, à gradativa redução no ritmo de crescimento vegetativo populacional. Tendência que no plano real se apresenta da seguinte forma: de um rápido aumento demográfico para níveis médio, e depois, desse ritmo moderado para um patamar baixo, ou seja, lento crescimento populacional. Podendo-se atingir em longo prazo, à própria estagnação do efetivo de população. E em algumas situações, até mesmo uma leve redução³. No caso cabo-verdiano, particularmente, é bem provável que a

³ No Brasil, por exemplo, atualmente se encontra no referido estágio da Transição Demográfica, verificando assim, que o país passa por uma contínua redução das taxas de natalidade. Revelando então, que a cada Censo há um menor percentual, relativo ao número de nascimentos.

citada transição demográfica somente venha a ocorrer, por certo, por volta dos próximos quarenta ou então cinquenta anos.

Quanto ao segundo motivo no sentido de explicar as apontadas diferentes tendências de crescimento populacional em Cabo Verde, tem-se como causa à questão das migrações. Lembrando-se que de acordo com a Tabela 04, aqui se comparam os períodos: colonial x a era do pós-independência. Trata-se, agora, de examinar mais especificamente às mobilidades demográficas dos próprios cabo-verdianos em direção ao exterior. Aliás, sobre o tópico migrações internacionais, já se pontua que esta é uma questão vital para quase todos os cidadãos nativos no arquipélago. Consistindo mesmo, que seja um verdadeiro mito, pelo bem ou pelo mal. Cujas justificativas para esse lembrete, focaliza-se no fato de Cabo Verde fazer parte de um seleto grupo, formado pelos Países da Diáspora. Sendo assim, informa-se que segundo o INE/CV (2014), atualmente, para cada habitante que reside no território nacional, existe igual número de cabo-verdianos habitando terras estrangeiras. Más, antigamente essa relação era ainda mais desproporcional. Isto é, na época em que o território estava sob o domínio colonial português, para cada nativo que residia no arquipélago, havia em média dois outros no exterior.

A partir das colocações acima, ver-se que tudo isso corrobora para se reafirmar que Cabo Verde se classifica como um Estado – típico - de diáspora. Constituindo-se assim, num país de emigrantes. Nessa perspectiva, clarifica-se que os maiores ou mais importantes destinos da emigração de cabo-verdianos são Portugal e os Estados Unidos da América, respectivamente. Ressalvando que no caso português se destaca a forte ligação histórica entre ambas as nações, por conta de um intenso passado em comum. Laços estes, inclusive, que se preservam fortemente até os dias de hoje. Contudo, diferente do que ocorria na era colonial, agora se revela uma nova e diferente dinâmica relacionada com a era do pós-independência. Nesse caso, aludindo-se à questão imigratória. Referindo-se de um modo mais específico, que hoje Cabo Verde está vindo, lentamente, a se tornar em um país de imigrantes.

Embora, se ressalve que tendo como destino o território cabo-verdiano essa dinâmica se constitui num fenômeno bem recente. Mas por outro lado, que seja reafirmado que esse movimento demográfico em direção a Cabo Verde se trate, realmente, de uma ação que se encontra em paulatino crescimento. Consistindo também, que esse processo estar a se intensificar mais ainda, já a partir do início do Século XXI. Tudo isso, assim, se encontra em conformidade com as informações contidas no Texto do INE/CV (2014).

Desse modo, e tendo como base esse referido Documento acima, clarifica-se que em relação às nacionalidades dos imigrantes, os maiores grupos atendem as seguintes especificidades geográficas: a) africanos continentais, por imigrantes vindos, nomeadamente, da Guiné-Bissau e do Senegal; b) europeus, do quais sobressaem os portugueses; c) sul-americanos, com o expressivo número de brasileiros; d) asiáticos, hegemonicamente constituídos, por imigrantes chineses. Inclusive, sobre estes últimos estrangeiros oriundos da China, se informa que ao chegarem ao arquipélago, eles costumam em geral a se inserirem na economia ligada ao ramo varejista, da atividade comercial. Enfim, e tal qual assinala o INE/CV (op.cit.), tudo isso tem a ver com as mais recentes transformações econômicas desenvolvidas, no conjunto total do território nacional.

Então, a seguir se passa a analisar de um modo mais detalhado os efeitos do processo de crescimento da população em Cabo Verde. Sobre o qual, inclusive, já se adianta que esse detalhamento também se constitui numa das principais metas desse Terceiro Capítulo. Revela-se, enfim, que agora a principal finalidade da análise consiste em pesquisar se ocorre, ou não, certa desigualdade de tal desenvolvimento entre essas mesmas ilhas do arquipélago. Então, para iniciar essa discussão científica, resgatam-se novamente às informações contidas na mencionada Tabela 04, acima. Diante disso, e com base na leitura dessa mesma tabela, a primeira constatação que se levanta é a de que há, realmente, uma irregular distribuição populacional entre as ilhas do país. No entanto, também se registra que essa desigual distribuição populacional entre as ilhas da nação, entretanto, era menor no período colonial, quando comparado à era do pós-independência.

Logo, no sentido de explicar essa referida desigualdade regional, considera-se que a principal razão para essa situação, se deve a própria diferença nos níveis de desenvolvimento econômico em Cabo Verde entre os dois períodos assinalados. Toma-se como base, portanto, o fato de que até 1975 esse território se constituía numa área eminentemente agrícola. Isto é, mesmo com todos os rigores do clima em todo o arquipélago, a atividade econômica que prevalecia durante todo o período colonial se baseava na agricultura. E isso vale tanto sob a orientação da plantação agrícola (lavoura), como para a criação de animais domésticos (pecuária). Sendo que em ambos os casos, predominava a chamada: pequena agricultura não capitalista. Que por alguns outros autores, também é classificada como sendo do tipo: agricultura de subsistência familiar.

Já após a conquista da soberania política em relação a Portugal, aos poucos o país vai se transformando. Agora, numa perspectiva que passa a privilegiar o desenvolvimento das atividades industriais, e principalmente àquelas ligadas ao comércio e prestação dos serviços. Enfim, Cabo Verde aos poucos se “dirige” em direção à urbanização. Daí observar que a desigual distribuição populacional entre às ilhas do território se torna cada vez mais evidente. Esse é o padrão dominante, portanto, na era do pós-independência. Em especial, quando se constata a concentração populacional nas Ilhas de Santiago e São Vicente, que se constituem, respectivamente, nas ilhas estruturalmente mais urbanizadas do país.

Assim, através dos dados da citada Tabela 04, identifica-se que Santiago é àquela ilha aonde ocorre a maior variação, no que diz respeito ao aumento da população. Crescimento populacional esse, que recentemente se torna mais intenso. E isso, ao se considerar os dois momentos históricos mencionados. Ainda sobre Santiago, especificamente, se informa que além de ser a maior ilha do arquipélago cabo-verdiano, com 991 km², ela igualmente se configura como a mais importante da nação, sob o ponto de vista econômico. Também é na Ilha de Santiago, inclusive, que está situada a Cidade da Praia, a Capital da República de Cabo Verde.

A Cidade da Praia, além de ser a sede administrativa do país, também se configura como sendo o maior e mais importante núcleo urbano da nação. É isso sempre, desde a era colonial e até os dias de hoje. Historicamente, essa povoação surgiu com o nome de Porto Praia. Em 1770, já sob a condição de Vila, ela se torna a Capital da Colônia, então substituindo Ribeira Grande de Santiago (atual Cidade Velha). Em 1858, a Vila da Praia foi elevada a condição de Cidade. Embora, nessa época esse centro urbano não passasse de uma pacata e modesta urbe. Isto porque durante o regime colonial português, a metrópole limitava o desenvolvimento de quaisquer atividades econômicas ligadas à vida urbana, nos territórios sob o seu domínio.

Depois da independência de Cabo Verde, a Cidade da Praia evolui muito rapidamente, deslanchando assim na sua transformação urbana. Isso ocorre devido ai se localizar toda a nova estrutura do Aparelho de Estado, desse novo país. Aparato este, que começa a se formar logo após a conquista da soberania política nacional. Em 1940, Praia possuía apenas 18.208 habitantes, sendo que boa parte deles ainda se localizava na zona rural. Em 1970, essa cidade cresce para 39.911 habitantes. E com o primeiro Censo do pós-independência em 1980, ela evolui para 57.748 residentes. Aumentando em 2000 para 106.348 pessoas residentes. Sendo que no último Censo de Cabo Verde, o de 2010, a sua população agora chega a 131.719 moradores. Para o ano de 2017, a estimativa aponta que a Cidade da Praia já tenha alcançado a cifra de 159.050 habitantes. Na escala cabo-verdiana, essa cidade é considerada como a “metrópole nacional”, assumindo assim o primeiro posto no ranking da ordem hierárquica do sistema da Rede Urbana do país. O que permite, então, que esse centro urbano venha a polarizar todo o espaço geográfico da nação.

Quanto à economia urbana da Cidade da Praia, esclarece-se essa urbe cuja vida urbana se estrutura através de um complexo Setor Terciário. Terciário este, que tem como suporte às atividades funcionais ligadas ao Comércio e à Prestação dos Serviços. Nesse âmbito, também se inclui o amplo aparato do Setor Administrativo, o mais denso e estruturado do arquipélago. Então, é com base nessa estrutura econômica que a “vida urbana” da Cidade da Praia se

movimenta. Sendo que tudo isso se reflete nos sinais de modernidade de sua paisagem urbana, que atualmente são bem visíveis.

Enfim, nota-se que Praia se trata de uma cidade muito dinâmica. Sendo que tudo isso contribui, cada vez mais, para ampliar o grau de concentração demográfica da própria Ilha de Santiago no país, frente às demais do arquipélago. Para corroborar com essa afirmativa, verifica-se que em 2010, Santiago – sozinha - já participa com 56% de toda a população de Cabo Verde. Por sua vez a Cidade da Praia já reúne 29%, em relação ao contingente demográfico total cabo-verdiano. Informa-se ainda, que para o ano de 2015, a estimativa indica que a população da Ilha de Santiago tenha atingido o montante de 294.135 habitantes. Por fim, acrescenta-se que além de Praia, essa ilha também possui outros núcleos urbanos com certa relevância. Em tamanho e importância, tais como: Assomada com 12.026 habitantes (2010), e Tarrafal de Santiago com 6.177 habitantes (2010).

Em segundo lugar, no âmbito do crescimento populacional de Cabo Verde, se aponta à Ilha de São Vicente. Posição esta, que essa ilha também se classifica quando o ranking diz respeito à importância econômica. Lembrando então, que a escala histórica de referência se coloca da seguinte forma: período colonial versus a era pós-independência. Assim, de acordo com a mencionada Tabela 04, ver-se que São Vicente tinha somente 15.848 habitantes em 1940. Em 1970 esse contingente populacional meio que dobra, atingindo 31.578 moradores. Em 1980, com o país já independente, a população da ilha avança para 41.594 residentes. Sendo que em 2010, atinge 76.107 habitantes. Para o ano de 2015, inclusive, estima-se que São Vicente possa ter um efetivo de 81.014 habitantes.

E tal como acontece em Santiago, se referindo ao peso desempenhado pela Cidade da Praia naquela ilha, também em São Vicente se destaca, igualmente, o papel de um centro urbano com fator determinante para o desenvolvimento dessa ilha. No caso, agora, se acenando para a Cidade de Mindelo. Que é considerada como a “metrópole” setentrional de Cabo Verde. E que por sua vez polariza toda essa região do país. Em especial, sobre as Ilhas de Santo Antão e São Nicolau. E de tal modo que em Praia, na Cidade de Mindelo a base de sua economia urbana também é o Setor Terciário. Isto é,

também nessa urbe é bem expressivo o desenvolvimento das atividades comerciais e dos serviços. Embora, seja um pouco menor e menos importante se comparado a capital do país, obviamente.

Agora, diferente do que ocorre em Santiago, que possui razoável dimensão territorial e conta com nove municipalidades, em São Vicente a Cidade de Mindelo é sede da única municipalidade existente na ilha. Na realidade, essa urbe aí praticamente reina sozinha, constituindo-se como o único centro urbano verdadeiramente digno desse nome na ilha. Pois os demais povoamentos não passam de simples vilarejos. Para corroborar, ver-se que com 69.904 habitantes em 2010, esse contingente representa 91,85% do total da população da ilha. Portanto, concentrando quase tudo. Por outro lado, acrescenta-se que a Cidade de Mindelo se valoriza muito mais, ao ser conhecida como a Capital Cultural de Cabo Verde. Especialmente, devido a sua intensa vida noturna, aos grandes festivais de música, e também por conta de possuir um grande carnaval. Um dos mais tradicionais de toda a África.

Além de Santiago e de São Vicente, conforme vistos acima, mais duas outras ilhas também se destacam no que diz respeito ao aumento de população, durante o período pós-independência. Tratam-se das Ilhas do Sal e de Boa Vista, respectivamente. No entanto, adianta-se desde já que esse crescimento demográfico se dá, fundamentalmente, em função das atividades econômicas ligadas ao Turismo. Nomeadamente, no âmbito do lazer do tipo: Sol e Mar. Por conta disso, mostra-se mesmo que a referida evolução populacional nessas ilhas ocorre, contudo, nas duas últimas décadas, do atual milênio. Revelação essa, que pode ser devidamente comprovada de acordo com os dados da Tabela 04, acima. Para corroborar com esse registro, também se informa que essas duas ilhas foram, recentemente, alvos da instalação de toda uma infraestrutura que se adéqua ao citado ramo de atividade econômica. Nesse sentido, se toma como exemplo a construção de uma série de equipamentos urbanos correlatos: hotéis e resorts, restaurantes e boates, e etc. Tudo isso, atendendo ao chamado “padrão mundial” de exigência dos consumidores. E como suporte, acrescenta-se ainda o empreendimento em um aeroporto de nível internacional, construído na Ilha do Sal.

Então, ao se considerar mais detalhadamente às informações da Tabela 04, acima, ver-se o quanto rapidamente se está a aumentar o efetivo populacional nas respectivas citadas ilhas. Assim, ao se considerar o caso da Ilha de Boa Vista, observa-se que em 1940 ela possuía 2.237 habitantes, avança para 3.569 moradores em 1970, porém multiplica rapidamente nos tempos recentes, ao atingir 9.162 residentes em 2010. Para o ano de 2015, a projeção já indica um montante 14.451 habitantes. Portanto, registra-se que se trata de um intenso incremento demográfico, ao longo de todo o período estudado. A capital dessa ilha é Sal Rei. Uma cidade com 5.778 moradores em 2010. Trata-se, logo, de um núcleo urbano modesto. Porém, aqui se defende a ideia de que esse número não deve ser visto de um modo superficial. Para tanto, basta ver que a população dessa mesma localidade somava apenas 1.522 moradores em 1940. Isto é, de um simples vilarejo, na época, ela evoluiu bastante até os dias de hoje. Mas com o desenvolvimento da atividade turística, a perspectiva é que essa urbe passe a crescer de uma forma ainda bem mais rápida, num futuro próximo.

Más, no rol dessas duas mencionadas ilhas, o caso mais emblemático se dá com relação à Sal. Esta sim, se configura na ilha aonde os dados demonstram um elevado ritmo de crescimento demográfico. Então, no sentido de comprovar essa afirmativa, ver-se que em 1940 na ilha moravam apenas 1.121 almas. Em 1970 aumentou para 5.505 residentes, e atingiu 25.657 habitantes em 2010. Isto é, um exato crescimento exponencial ao longo de todo o período, logo, em projeção geométrica. Inclusive, as estimativas apontam um contingente populacional de 33.747 pessoas em 2015, elevando-se para 39.700 habitantes em 2019. A Capital da Ilha do Sal é a Cidade de Espargos. Sendo que em 2010 essa urbe contava 17.081 habitantes. Com esse tamanho, já assumiu o posto de terceiro maior centro urbano do país. Ao se observar essa cidade pelo simples viés do número absoluto, isso pode parecer pouco para a urbe. Porém, não se engane. Considere para tanto, que em 1990 o contingente demográfico de Espargos somava, então, somente 5.456 moradores. Portanto, é bem provável que essa cidade venha a ter uma “explosão” demográfica, em logo prazo.

Por fim, no grupo das ilhas de Cabo Verde que aumentam população cita-se aquela que atende pelo nome de Maio. E apesar de possuir uma pequena população em números absolutos, de outro modo consiste numa ilha que exhibe certo aumento demográfico. Assim, de acordo com os dados da Tabela 04, contata-se a seguinte tendência: 2.727 moradores em 1940, 3.476 residentes em 1970, e sobe para 6.952 habitantes em 2010. Em resumo, a Ilha de Maio tem um limitado contingente populacional, porém se encontra em contínuo crescimento populacional.

Do outro lado, entretanto, também existem em Cabo Verde um conjunto de ilhas nas quais não se verificam qualquer tendência de crescimento demográfico. E nesse caso, igualmente levando em conta o aludido período tratado na dita Tabela 04. Portanto, isso vale tanto para a fase relativa ao período colonial, como também para etapa histórica do pós-independência. Assim, quanto às ilhas que se enquadram nessa situação, elas assim se explicitam: Santo Antão, Brava, Fogo, e São Nicolau. No entanto, no sentido de tentar entender essa realidade, levanta-se aqui a seguinte questão: Por que esse grupo de ilhas apresenta o referido caráter de estagnação no tocante ao crescimento populacional, durante o mencionado período? Em resposta, assinala-se que isso se deve, fundamentalmente, ao fato que ainda hoje essas citadas ilhas permanecem com a mesma estrutura socioeconômica que existia no passado.

Ainda sobre o ponto levantado acima, clarifica-se que essa questão também pode ser respondida desse outro modo: é que nesse conjunto de ilhas, a realidade socioeconômica do pós-independência se reproduz da mesma forma que na época em que o território estava sob o domínio colonial português. Realidade essa, logo, que conforme se sabe, trata-se de uma economia ainda baseada na agricultura. A qual, por sua vez se apresenta muito incipiente, com baixíssima produtividade, e muito dependente das frágeis condições climáticas, predominantemente árida ou semiárida. Enfim, o fato é que nesse citado grupo de ilhas, atualmente a estrutura socioeconômica continua como antes, dominada pela pobreza.

Inclusive, ao se procurar fazer a análise do crescimento da população das mencionadas ilhas no referido período histórico, mas agora, contudo, considerando cada caso de forma individual, se identifica a seguinte situação:

- a) **Santo Antão**, que se trata da ilha mais agrícola de Cabo Verde. Em 1940 a sua população absoluta somava 35.977 habitantes. Nessa época, essa ilha que é a segunda mais extensa do arquipélago, com 779 km², igualmente se configurava como a segunda mais populosa de todo o território. Em 1970, o seu contingente populacional avança para 44.623 habitantes. Mas em 2010, a sua população diminui para 43.915 habitantes. Inclusive, esclarece-se que nessa data de 2010 a Ilha de Santo Antão ainda se posicionava no terceiro lugar, no ranking entre as mais populosas do arquipélago. Porém, atualmente, ou melhor, em médio prazo essa ilha certamente será superada por àquelas que estão num ritmo mais elevado, no aumento demográfico.
- b) **São Nicolau**, que relativamente semelhante a anterior, possui uma economia baseada na agricultura. Inclusive, informa-se que essa ilha ocupa o segundo posto, entre às mais agrícolas do país. Em 1940, a Ilha de São Nicolau possuía 14.846 moradores. Contingente esse, que aumenta para 16.308 em 1970. Mas em 2010, a sua população se reduz para 12. 817 habitantes residentes. Portanto, trata-se de uma ilha que apresenta certo declínio populacional.
- c) **Brava**, que se constitui na menor ilha habitada de Cabo Verde. Quanto à evolução populacional, veja os números: 8.528 habitantes em 1940, 7.756 habitantes em 1970, e apenas 5.995 habitantes em 2010. Em resumo, se trata de uma ilha que se apresenta em contínua diminuição de população, ao longo de todo o período considerado.
- d) **Fogo**, que se compõe como uma ilha com característica vulcânica. Com 476 km² de extensão, esse território possui uma dimensão considerável, para os padrões de Cabo Verde. Registrando ainda, que essa ilha também se destaque pelo significativo

desenvolvimento agrícola aí existente. Em 1940, a sua população absoluta totalizava 23.022 habitantes. Elevou-se a 29.412 residentes em 1970, e para 37.409 moradores no ano 2000. Porém, verifica-se que em 2010 ocorreu uma leve redução, para 37.051 habitantes. Embora, sob o ponto de vista da Ciência Estatística, se possa dizer que essa ilha se encontra em estágio de estagnação populacional. Más, como explicar o porquê dessa situação? Em resposta, revelam-se dois principais motivos aqui considerados. O primeiro se refere à relativa estagnação da economia local, devido ser focalizada na agricultura, sempre. Já o segundo motivo é de ordem ambiental, ligado à questão das erupções vulcânicas. Fator físico/natural este, que aí acontece com certa regularidade. O que impacta, negativamente, na estabilidade do povoamento, e por extensão no próprio desenvolvimento da ilha. Inclusive, registra-se que exatamente no ano de 2014, ocorreu nessa ilha uma forte erupção vulcânica. Fato esse, que gerou uma forte crise conjuntural na economia local. Como principal efeito social, isso levou a fuga da região de parte de seus moradores.

Para fechar o debate acerca da questão do crescimento populacional em Cabo Verde, assinala-se que na base da discussão existe um tópico que aqui se elege como sendo o ponto essencial. Especificamente, na hora em que se deseja refletir sobre o caráter da desigualdade no incremento demográfico entre as ilhas do arquipélago. Trata-se, portanto, de um tema chave, e que serve para explicar a mencionada tendência quanto ao irregular aumento de população, no interior da nação. Considerando, claro, os mencionados distintos períodos históricos. Clarifica-se, assim, que o assunto fundamental a que se quer focalizar se refere às migrações internas.

Diante disso, se pode mesmo afirmar que o conjunto das ilhas que aumenta, constantemente, o seu efetivo populacional, esses territórios se constituem em respectivas áreas de recepção de migrantes, oriundos de outras regiões. Para o caso particular de Cabo Verde, isso pode ser devidamente comprovado mediante as informações contidas nos respectivos textos

elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística (2010 – op.cit. - & 2014 – op. cit., respectivamente). Em ambas as Obras, os diagnósticos apontam que Santiago, São Vicente, Sal, Boa Vista e Maio, nessa mesma ordem, se constituem naquelas ilhas que são receptoras de imigrantes. Portanto, territórios de atração. Por outro lado, as Ilhas do Fogo, Santo Antão, São Nicolau e Brava, igualmente nessa mesma ordem, são às doadoras de migrantes. Portanto, territórios de repulsão de pessoas.

A partir das colocações acima, tenta-se agora se aprofundar ainda mais a natureza da reflexão sobre esse tema. Agora, procurando compreender o real significado acerca do assunto mobilidade populacional. Especificamente, sob o ponto de vista teórico e metodológico. Assim, ao se pensar sobre esse assunto, uma pergunta aqui se levanta: Qual a verdadeira essência social da mobilidade territorial? Então, para responder a essa questão, toma-se como base a visão de SINGER (1990), na medida em que esse mesmo autor aponta que nos processos das migrações, não há nada de aleatório ou superficial. SINGER (op.cit.) ainda acrescenta: Não é uma questão do tipo “as luzes dessa cidade me chamam a atenção, daí eu a escolhi”. Nada disso, para SINGER (op. cit.), “o cidadão não é o sujeito absoluto de sua mobilidade territorial. Ao contrário, quem decide é o capital”. Este sim é quem decide ante a escolha da localidade alvo para se emigrar.

Logo, esclarece-se que para entender essa dinâmica social, aqui no TCC também se procura focalizar na perspectiva dialética, a luz da filosofia marxista. Desse modo, a ideia é ver o homem sem qualquer domínio sobre os meios de produção. Que no caso específico do migrante, essa gente fica a deriva. Daí se questiona, aonde é que esse pessoal vai encontrar uma saída, para continuar sobrevivendo? Em resposta, assinala-se que esse ou esses locais serão justamente, os lugares que têm o Capital. Que acumulam, e em concomitante os reproduzem. Ou de outro modo, às localidades nas quais os trabalhadores desprovidos de meios de produção podem vender a sua força de trabalho. Enfim, se assim conseguirem, no sentido de se tornar proletários.

E sobre o caso mais particular das migrações que dão no interior do território nacional cabo-verdiano, igualmente se pergunta: quais são os melhores sítios, aonde os potenciais imigrantes - internos e externos - possam vislumbrar como destinos alvos? Em resposta, mais uma vez se destaca: a Cidade da Praia, na Ilha de Santiago, com destaque nos empreendimentos comerciais e no ramo da prestação dos serviços; a Cidade de Mindelo, na Ilha de São Vicente, nas empresas igualmente ligadas ao Terciário; ou ainda a Ilha do Sal, ou Boa Vista, respectivamente, para aí respectivamente se dirigir no sentido de tentar se empregarem no quadro do Capital Turístico, ou então até para a Ilha de Maio, também nessa mesma direção da produção capitalista por meio das atividades do Lazer, que nessa ilha aos poucos começa a se alavancar. Por outro lado, de modo invertido, também pode-se questionar: em Cabo Verde, de onde provêm as pessoas pobres e miseráveis, desprovidos de meios de produção? “Às pessoas que são meio que “expulsas” da terra natal”? Em resposta, vê-se que essa gente é oriunda das mencionadas ilhas, nas quais o Capital ainda não selecionou para fins de reprodução e acumulação. Sendo assim, os exemplos já são amplamente conhecidos, eis: Ilhas do Fogo, Santo Antão, São Nicolau e Brava. Enfim, é isso, simples assim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta etapa do trabalho, passa-se a colocar, sob a forma de síntese, às principais conclusões obtidas ao longo da pesquisa. Assim como também os resultados mais importantes a que se chegaram. Os quais, se encontram devidamente listados abaixo.

Quanto ao primeiro resultado alcançado no trabalho, destaca o fato de se considerar que o TCC se enquadre, realmente, no âmbito dos estudos da Ciência Geográfica. Como justificativa para essa afirmação, se revela o fato do trabalho ter privilegiado o conhecimento científico do espaço geográfico da República de Cabo Verde, especificamente. Por outro lado, acrescenta-se que entende que a pesquisa também conseguiu construir uma boa articulação com outras áreas científicas, seja no quadro da própria Geografia, ou então noutros campos afins, tais como: Demografia e Geografia da População, Economia e Geografia Econômica, Geografia Urbana, História, Antropologia e Sociologia, dentre outras.

Outro resultado importante obtido no TCC se refere ao modo como se utilizou o Método de Abordagem. Sobre o qual, então, se considera que a pesquisa realmente trilhou, majoritariamente, por um viés crítico. Isso pode ser constatado na medida em que se verifica que o Método usado no trabalho terminou por apresentar a sociedade no centro do debate científico. No caso, a sociedade cabo-verdiana, o foco da análise. Considerando-a, portanto, como o verdadeiro agente de todo o mencionado processo de transformação espacial. Assim, sob o ponto de vista do aporte teórico-filosófico utilizado, opina-se que aqui se privilegiou uma interpretação metodológica que se adéqua, hegemonicamente, com base no Materialismo Histórico. Procedimento este, que por sua vez se ajusta aos ideais da perspectiva filosófica do Marxismo. Entende, enfim, que o trabalho foi focalizado na Dialética Marxista. Más, secundariamente aqui também se fez o uso do procedimento metodológico descritivo, no momento em que se procurou fazer à apresentação, geral, da Geografia de Cabo Verde.

No âmbito da evolução histórica do Objeto de Estudo, especificamente, destaca-se que a pesquisa conseguiu demonstrar, dentre muitos aspectos, que Cabo Verde realmente possui 560 anos de uma rica e complexa história. Análise esta, que se deu mediante o resgate dos principais elementos que fazem parte desse mesmo processo evolutivo. Assim, a partir do relato de toda essa dinâmica, reafirma-se mais uma vez que isso permitiu identificar como é que de fato se produz a chamada: Formação Espacial Cabo-Verdiana. E em concomitante, o arranjo espacial resultante.

Ainda em relação ao estudo da história de Cabo Verde, foi registrado que quando da conquista da soberania territorial, em 1975, boa parte da Comunidade Internacional atribuiu a essa nação a condição de um país inviável, no futuro. Portanto, condenado ao eterno subdesenvolvimento, dado, fundamentalmente, aos elevados índices de pobreza aí existentes na citada época. Más, o trabalho também conseguiu comprovar que ao longo de sua evolução histórica, esse país destruiu aos poucos todas às referidas expectativas negativas, atribuídas.

Diante disso, informa-se, agora, que segundo o Almanaque Abril de 2015, e tendo como base o Relatório do Desenvolvimento Econômico Mundial, sob os auspícios da ONU, esse Documento classifica Cabo Verde já no 2º Nível do IDH mundial. Classe essa, que agrupa os chamados: Países de Desenvolvimento Intermediário. O mesmo grupo, por exemplo, do qual o Brasil faz parte. Embora, no caso brasileiro o país se situe em uma posição um pouco mais superior, nesse ranking. Enfim, viu-se aqui, que a nação cabo-verdiana conseguiu inverter as então perspectivas negativas projetadas.

Já sobre o desenvolvimento no interior do território de cabo-verdiano, foi registrado que há bastante desigualdade. Tanto no passado como hoje. E que isso impacta na própria Organização do Espaço Geográfico, do país. Com isso, foi visto também que existem dois grupos de ilhas, no conjunto do arquipélago, no tocante ao caráter do desenvolvimento nacional. E que essa situação, inclusive, tem o seu devido rebatimento no âmbito das migrações internas. Resultando assim, num grupo de ilhas mais ricas, e que atrai migrantes. E de outro lado, um segundo conjunto de ilhas menos desenvolvidas, que não

cosegue fixar parte de seus moradores em suas terras. Daí que essas ilhas perdem população, ao longo dos anos, expulsando-os para os territórios mais desenvolvidos, do arquipélago.

Para encerrar este TCC, apresenta-se a seguir algumas das características mais gerais que ainda compõem a República de Cabo Verde. Para tanto, toma-se como base os seguintes aspectos pontuais, listados abaixo:

- a) Moeda: Escudo Cabo-Verdiano, cuja unidade monetária se utiliza do Código: ISO 4217 é CVE;
- b) Língua Oficial: Português. Porém, registra-se que a comunicação oral entre os habitantes das diferentes ilhas é feita numa língua nacional, conhecida como Crioulo. Língua esta, derivada do Português. Sendo por sua vez a mais utilizada entre os cabo-verdianos, cotidianamente. E que, inclusive, possui variantes segundo cada respectiva ilha do arquipélago;
- c) Religião: Cristianismo, orientado por 95,1% da população (87,4% Católicos, e outras vertentes com 7,7%. Más, nesse grupo com a maioria seguindo o Protestantismo). Outras Religiões, com a participação de 4,1% dos habitantes (sendo que nesse grupo, a maioria é de Fé Muçulmana). E 0,8% são aqueles que se dizem: Sem Religião, ou então Ateus;

Revela-se, ainda, que nos tempos mais contemporâneos, Cabo Verde tem vindo a se destacar, em escala mundial, no quadro da chamada Questão Cultural. Trata-se, assim, de um fenômeno que se desenvolve de forma bem relevante em todo o país. Quer seja em termos de expressão musical, ou de outras variadas artes. Nesse sentido, quanto aos gêneros musicais, registra-se que os mais representativos nas ilhas são os seguintes: morna, o funaná, a coladeira, o batuque e a mazurca. Já em termos de manifestações culturais populares, salienta-se que essa nação é igualmente rica. Tanto no âmbito das festividades religiosas, como também nas festividades de natureza profana. Todas elas, muito comemoradas no conjunto das ilhas. Porém, no quadro das

maiores comemorações cabo-verdianas, às que mais se destacam são as festas relativas ao Carnaval. Em especial, às que acontecem, sobretudo, nas Ilhas de São Vicente e São Nicolau.

Para concluir, reforçam-se outros novos pontos bastante significativos, os quais igualmente fazem Cabo Verde se destacar no mundo. Primeiramente, anota-se a sua Literatura, sobre a qual ver-se que ela está mais centrada na poesia, principalmente nas mornas e histórias populares. Em segundo lugar, marca-se a sua gastronomia, indicando que ela é particularmente variada em todo o país, e com certo cunho no chamado “tempero africano”. Alimentação essa, que se encontra baseada no milho. Sendo assim, especifica-se que o prato de maior evidência é a tradicional “cachupa”.

Referências Bibliográficas

ALMANAQUE ABRIL DE 1979. **Mundo: Indicadores Sociais do Desenvolvimento Socioeconômico**. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1979.

ALMANAQUE ABRIL DE 2015. **Mundo: Indicadores Sociais do Desenvolvimento Socioeconômico**. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 2015.

CABO VERDE, Governo. **Símbolos: Bandeira nacional**. Bandeira de Cabo Verde. Disponível em: <https://www.governo.cv/o-arquipelago/simbolos/bandeira/>. Acesso em: 17 dez. 2019.

CORRÊA Roberto Lobato. **Região e Organização do Espaço**. 8ª Ed. São Paulo: Ática, Série Princípios, 2007.

FERREIRA, Ligia Évora. **Cabo Verde - Cape Verde**. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5273/4/Cabo%20Verde.pdf>. Lisboa, Portugal, 1997. Acesso em: 22 jan. 2020.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueria. **"Cabo Verde". Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/cabo-verde.htm>. Acesso em 17 de dezembro de 2019.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil-1**. Rio de Janeiro. Editora Record, 40ª Edição. 2000.

GOMES Laurentino. **ESCRAVIDÃO: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares – Volume I**. Rio de Janeiro. Editora Globo Livros, 1ª Ed., 2019.

-----, 1808: **Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo. Editora Globo Livros. 3ª Ed., revista e ampliada, 2019.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Os filhos Da África em Portugal: Antropologia, multiculturalidade e educação**. Belo Horizonte, Editora Autêntica. 2006.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **CABO VERDE: Um hipermercado de escravos**. Disponível em: <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/de-cabo-verde-a-angola-na-rota-da-escravatura-em-cinco-paises-1729858>. Acesso em 04: de janeiro de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Inquérito multi-objectivo contínuo 2014: Estatísticas das Migrações**. República de Cabo Verde, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - REPÚBLICA DE CABO VERDE. **Recenseamento Geral: População e Habitação**. República de Cabo verde, 2010.

MINISTÉRIO DA QUALIFICAÇÃO E EMPREGO. **Estudo/diagnóstico sobre o mercado de emprego em cabo verde**, Praia, República de Cabo Verde, fevereiro 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo. Editora da USP (Direitos reservados à FFLCH). 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2ª reimpressão em 2014 (posfácio Bernardo Ricupero - 1ª edição - em 2011); (Publicação Original em 1953).

SEMEDO, José. CABO VERDE: DINÂMICA ECONÓMICA E INCIDÊNCIA NO ORDAMENTO DO TERRITÓRIO. *In*: PASSOS, Messias; CUNHA, Lúcio; JACINTO, Rui. **As novas geografias dos Países de Língua Portuguesa**. São Paulo, Editora Outras Expressões. 2012.

SINGER, Paul. **Migrações Internas: Considerações Teóricas Sobre o Seu Estudo – 29 a 60**, *in*: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1990 (12º Ed.)

SOUZA, Jessé de. **A ELITE DO ATRASO: DA ESCRAVIDÃO A BOLSONARO**. Rio de Janeiro. Editora Estação Brasil. 2ª Edição (Edição revista e ampliada). 2019.